



ENSINO

ALUNOS DO SESI E SENAI NO
PÓDIO MUNDIAL DE ROBÓTICA



ANO 65 / Nº 277 / AGOSTO 2017

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS



A MODERNIZAÇÃO É A LEI

REFORMA TRABALHISTA, QUE
ACOLHE PRINCIPAIS BANDEIRAS DA
INDÚSTRIA, CRIA CONDIÇÕES PARA
MELHOR RELAÇÃO ENTRE CAPITAL
E TRABALHO. CONVALIDAÇÃO DOS
INCENTIVOS FISCAIS PACIFICA
DISPUTA JURÍDICA E ABRE
PERSPECTIVAS DE ATRAÇÃO DE
INDÚSTRIAS, INVESTIMENTOS E
EMPREGOS





QUEM CONTA COM O IEL CONTA COM MAIS DESENVOLVIMENTO.

PARA EMPRESAS

- Consultoria em Gestão Empresarial
- Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF)
- Estudos e Pesquisas
- Educação Empresarial

PARA PESSOAS

- Programa de Estágio
- Jovem Aprendiz
- Recrutamento e Seleção
- Inova Talentos
- Foco na Carreira

www.ielgo.com.br



@ielgo



/ielgooficial



99624-3600



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 277 / AGOSTO 2017

Wagner Soares



MEMÓRIA

10 / Coluna lembra José Aquino Porto, o mais longo presidente da Fieg, que construiu as bases do Sistema Indústria no Estado e contribuiu para mudar o perfil da economia goiana nos anos 70 e 80.

ALIMENTOS E BEBIDAS

40 / Já em funcionamento desde 2016, o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas recebe placa inaugural. É o segundo complexo em Goiânia, integrado a uma rede nacional, que oferece ampla e diversificada gama de serviços de grande valor agregado, voltados à produtividade e competitividade.

MINI-ETE

43 / Na 4ª premiação, a Toctao Engenharia conquistou o 5º Prêmio Nacional de Inovação por investimentos em tecnologia e sustentabilidade. Desenvolvida em parceria com o Senai Goiás, miniestação de tratamento de efluentes, capaz de reduzir o consumo de água potável nas obras em até 80%, contribuiu na façanha.

ACESSIBILIDADE

44 / Numa história cheia de ingredientes de superação e coincidências, alunos do Senai constroem, em TCC, um andador vertical automatizado para locomoção de pessoas com deficiências.

OPINIÃO

63 / Artigo do editor Dehovan Lima aborda nova pesquisa, que elege ter filhos como vilão do meio ambiente, e o desafio do descarte do lixo em Goiânia.

Ilustração Jorge Del Bianco

A MODERNIZAÇÃO É A LEI

CAPA

18 / Um novo cenário nas relações entre capital e trabalho surge a partir da sanção da Lei 13.467/2017, também chamada pelo governo e pelo mercado de "Lei de Modernização Trabalhista", na opinião do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira. Em sua essência, a nova lei faz prevalecer sobre o legislado o acordado entre empresas e seus empregados, excetuando-se direitos essenciais inscritos na Constituição Federal, a exemplo do salário mínimo, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de férias proporcionais, do aviso prévio e 13º salário.



Marcos Oliveira/Agência Senado

COBRANÇA PELA ÁGUA

34 / Os boletos começam a chegar no ano que vem. É a cobrança pelo uso das águas da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba. Pagará menos quem for mais eficiente no uso de recursos hídricos e no tratamento de efluentes.

CONDIMENTOS

38 / A gigante de alimentos e bebidas Kraft Heinz prevê inaugurar em 2018 a nova fábrica em Nerópolis (GO) e a expansão da atual planta no município. Investimento de R\$ 480 milhões, com previsão de geração de 500 empregos e outros 600 postos de trabalho durante a construção.

ROBÔS

46 / Garotos do ensino fundamental e médio do Sesi e Senai brilham ao subir no pódio de um dos mais importantes torneios de robótica, o First Lego League Mountain State Invitational, realizado na faculdade da Nasa, em Fairmont, na Virgínia, nos Estados Unidos.



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira

Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves

Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)

Superintendente: Almir Blesio (interino)

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Silvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Araújo Moura
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Enoque Pimentel do Nascimento
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Hélio Naves
Heitor de Oliveira Neto
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerônimo David de Sousa
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Lúcio Monteiro dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marcelo de Freitas Barbosa
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Paulo Sérgio de Carvalho Castro
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga

Sandro Antônio Scodro Mabel
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Olympio José Abrão

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Leandro Almeida

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente: Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente: Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egídio

1º Diretor Financeiro: André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

EXPEDIENTE

Goias Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem

Andelalde Lima, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro e Janaina Staciari e Corrêa

Colaboração

Wellington da Silva Vieira
Adriana Moreno

Fotografia

Alex Malheiros

Projeto gráfico

Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações, diagramação e produção

Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial

(62) 3219-1720

Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Em meio a robôs e pássaros virtuais

Vivemos, entre os dias 26 e 28 de junho, experiência enriquecedora de conhecimento pessoal e auspiciosa para o setor produtivo, ao participar, em São Paulo, do 5º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, promoção da CNI e do Sebrae que reuniu mais de 4 mil pessoas, entre empresários, especialistas e autoridades. Oportunidade ímpar de ouvir importantes palestrantes brasileiros e internacionais, conhecer produtos inovadores e casos emblemáticos de inovação desenvolvidos por micro, pequenas e grandes empresas. Em resumo, uma pauta altamente positiva de debates do impacto das novas tendências de inovação e tecnologias digitais na indústria brasileira, de olho na competitividade.

Em meio à sensação de conhecer o primeiro robô autônomo desenvolvido no Brasil por Senai, Shell e Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) para inspeção visual em 3D de alta resolução no mar; protótipos criados pela empresa alemã Festo que simulavam animais como um pássaro, voando pelo local do evento; sensores que capturam movimentos humanos, novidade do sistema de ergonomia do Sesi, tudo encantava e chamava a atenção do público.

Durante o Congresso, CNI e Sebrae realizaram a entrega do Prêmio Nacional de Inovação 2016/2017, destinado a incentivar e reconhecer esforços bem-sucedidos de inovação e gestão da inovação nas organizações.

Na competição, em que os projetos ganhadores foram reconhecidos como referência no País, a indústria goiana brilhou, com a conquista da Toctao Engenharia, vencedora na categoria Processos. Uma vitória que temos orgulho de compartilhar em razão da parceria entre a construtora goiana, o Senai e o IEL no desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos.

Se a opção pela inovação é alvissareira por levar à

“Se a opção pela inovação é alvissareira por levar à competitividade da indústria, o segmento, embora de forma lenta, dá sinais de recuperação e de superar a forte crise vivida nos últimos anos, potencializada pela turbulência política.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, empresário, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

competitividade da indústria, o segmento, embora de forma lenta, dá sinais de recuperação e de superar a forte crise vivida nos últimos anos, potencializada pela turbulência política. Enquanto no País, a Sondagem Industrial de maio da CNI mostra que o emprego continua em queda e a produção cresceu um pouco, em Goiás dados do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego, confirmam o potencial da indústria goiana no contexto estadual e nacional. De 33.970 novos postos de trabalho criados no Estado, de janeiro a maio, 14.484 foram da atividade industrial enquanto do saldo de 48.543 empregos gerados no Brasil, no mesmo período, Goiás participou com 33.970, ou 69,98%.

Um potencial que explica por que a atividade industrial detém 23% do PIB goiano, gerando emprego e renda que estimulam o crescimento dos setores agropecuário, de comércio, serviços e exportação. Dinâmica, diversificada e com crescimento em geral acima da média nacional, a economia goiana evidencia por suas características que não existe Estado ou País forte sem uma indústria forte. ■

COMPETITIVIDADE É FOCO DE PARQUE TECNOLÓGICO /

Lançado dia 19 de junho, no Palácio Pedro Ludovico, o TecnoPark, parque tecnológico que será construído em Hidrolândia, na Região Metropolitana de Goiânia, é destinado a estimular a pesquisa, inovação e modernização das empresas nas áreas de construção, alimentos e produção de móveis. Fruto de parceria do programa governamental Inova Goiás com o setor privado, a iniciativa visa promover a competitividade dos produtos e serviços goianos. O TecnoPark ocupará área de 800 mil metros quadrados e a estimativa de investimento é de R\$ 30 milhões.



Wagner Cabral

Wagner Cabral



'HERMANOS' / Assinatura de protocolo de intenções, em almoço no Palácio das Esmeraldas, deflagrou o processo de instalação da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Brasil-Argentina de Goiás (CCISBAG), firmado pela Embaixada do país vizinho, governo do Estado, Fieg, Fecomécio, Acieg e Faeg.

“Ação favorece o ambiente de negócios, incentiva as atividades empresariais e promove a relação econômica, social e cultural entre Goiás e a Argentina.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, presidente da Fieg, sobre a instalação da Câmara

NEGÓCIOS COM ISRAEL / Na Casa da Indústria, encontro com o embaixador de Israel, Yossi Avraham Shelley, abriu caminho para parcerias nas áreas de energia solar e de inovação e tecnologia. Na foto, o embaixador, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e o secretário de Assuntos Internacionais do Governo de Goiás, jornalista Isanulfo Cordeiro.



Silvio Simões

Tatiana Reis



“GOIÁS TRANSFORMOU MILHO EM FRANGO” / Com mais de 200 participantes, o 5º Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos debateu, em Goiânia, caminhos para o fortalecimento do segmento, com foco em internacionalização, qualidade e inovação e agregação de valor. “Goiás soube avançar e agregar valor, transformar milho em frango”, disse o empresário André Rocha, presidente do Grupo de Líderes Empresariais (Lide Goiás), organizador do evento. O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, defendeu o fortalecimento da cadeia produtiva. “Não teremos um produtor agrícola forte sem uma agroindústria forte e que valorize a produção, a geração de emprego e renda.”

NESTORE SCODRO, UM EMPREENDEDOR /

Durante o fórum da indústria de alimentos, foi prestada homenagem especial a Nestore Scodro, fundador e presidente da Mabel, uma das marcas mais fortes e tradicionais da indústria brasileira. Empreendedor, ele mudou-se para Miami, nos Estados Unidos, onde decidiu abrir uma empresa de distribuição de biscoitos e fabricação de salgadinho de milho com a marca Skinny. Em maio deste ano, compartilhou sua experiência bem-sucedida no livro *O Bom e Velho Jeito de Empreender*, da editora Gente. Filho de Nestore, o ex-deputado federal Sandro Mabel representou o pai na homenagem.

Prêmio Lide – Também foram reconhecidas as empresas vencedoras do Prêmio Lide da Indústria de Alimentos 2017, nas categorias Desenvolvimento de Canais de Distribuição (Jalles Machado, Nutriz Alimentos e Refrescos Bandeirantes); Eficiência em Comunicação e Marketing (3 Corações, Aurora Alimentos e Laticínios Piracanjuba); Inovação e Tecnologia em Produtos (COBB-Vantress, Grupo Predilecta e Raízen); Indústria Exportadora (Grupo Vibra, Marfrig e São Salvador Alimentos).

Gustavo Rampini



Fotos: Alex Malheiros



GOIÁS LIDERA RANKING DAS MELHORES EMPRESAS /

Das 40 melhores empresas para trabalhar na Região Centro-Oeste, premiadas dia 22 de junho pela consultoria global Great Place to Work, na 7ª edição da promoção, 70% estão em Goiás. Por categoria, a Sama Minerações Associadas ficou no topo entre as médias empresas, a Brookfield - Corporativo do Segmento Florestal, entre as pequenas, e Laboratório Sabin, melhor grande empresa. Na foto, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, Marcelo Araújo de Almeida, gerente de Desenvolvimento Humano da CNI (esquerda), e Renato Paiva, gerente executivo de RH, recebem premiação pela Confederação Nacional da Indústria, eleita pela terceira vez na categoria média empresa.

CAPITÃO WALDYR ROMPE MARCA /

Decano da indústria goiana, o Capitão Waldyr O'Dwyer recebe, no Grupo Anadiesel, em Anápolis, a diretoria da Fieg, do Sesi, Senai, IEL e representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, na passagem de seus 101 anos, dia 12 de julho.



PAUTA EXTRA / O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, recebeu, na Casa da Indústria, um grupo de jornalistas da imprensa local, na estreia do encontro Prosa na Indústria, destinado a discutir assuntos da conjuntura atual do Estado e do País. Na primeira rodada, dia 5 de julho, estiveram presentes os jornalistas Wanderley Faria (Portal Empreender em Goiás), Ulisses Aesse (Diário da Manhã), Jarbas Rodrigues Jr. e Lúcia Monteiro (O Popular) e Karine Pinheiro (Rádio Brasil Central). Também participaram do encontro os executivos Paulo Vargas (Sesi e Senai), Humberto Oliveira (IEL), José Eduardo de Andrade Neto, superintendente da Fieg, e Welington Vieira, coordenador técnico.



CURSO DO SENAI ESTREIA COM NOTA ALTA / Reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) com conceito 4 – em escala de 1 a 5 –, o curso superior em manutenção industrial da Faculdade Senai Roberto Mange, de Anápolis, realizou, dia 29 de junho, formatura de sua primeira turma. Dos 39 concluintes da graduação tecnológica, 31 já estão no mercado de trabalho, em empresas como Gravia, Granol, Geolab, Carta Fabril, Caoa Hyundai, Brainfarma, Teuto, Novafarma e Teknopar. Durante a graduação, de três anos, os alunos desenvolveram diversos projetos em parceria com as empresas, entre eles o de melhoria no sistema de inspeção de tapamento de frascos de colírio, eficiência da inibição de corrosão de revestimento eletroquímico em aço e o de melhoria no sistema de transmissão por engrenagens da máquina guardanapeira. Presente na solenidade, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, atribuiu o reconhecimento pelo MEC da nova graduação tecnológica – uma das seis oferecidas pelo Senai em Goiás – à excelência dos cursos e destacou o alto índice de empregabilidade.

EBM ENTRE AS 60 MAIORES DO PAÍS /

A EBM Desenvolvimento Imobiliário figura novamente na lista das 60 maiores construtoras do País, segundo o ranking Inteligência Empresarial da Construção (ITC) de 2017. A empresa ocupa o 51º lugar e completa nove presenças no ranking, que há 13 anos revela ao mercado as 100 construtoras com maior volume de metros quadrados ativos de cada ano. O reconhecimento se deu por conta dos mais de 235 mil m² desenvolvidos pela EBM em 2016, entre oito empreendimentos comerciais, residenciais ou mistos.



Kasane 3600



■ **IMAGEM:** Aquino Porto, em foto eleita por ele como sua preferida e que ilustra painel na entrada da sede histórica da Fieg que leva seu nome, o Palácio da Indústria, no Centro de Goiânia



O 'Pai da Industrialização em Goiás'

Mais longo presidente da Fieg, que comandou por mais de três décadas, José Aquino Porto construiu as bases do Sistema Indústria no Estado e foi responsável por mudar o perfil da economia goiana nos anos 70 e 80

Dehovan Lima

Fotos: Wagner Soares e acervo da Fieg

Entre os pioneiros do Sistema Indústria em Goiás, destaca-se como figura central o empresário José Aquino Porto. Visionário e empreendedor, Aquino Porto, depois de assumir o comando da Federação das Indústrias do Estado de Goiás com a morte de Ferreira Pacheco, de quem era vice, em 1967, ampliou a estrutura das instituições que hoje compõem o Sistema Fieg, o que possibilitou levar os diversos serviços prestados a regiões estratégicas do Estado.

Nascido em Dolores de Indaiá (MG), em 7 de março de 1925, filho da costureira Dona Branca, órfão de pai aos 4 anos de idade, Aquino Porto mudou-se em 1942, aos 17 anos, para Goiânia, onde, inicialmente, trabalhou em atividades modestas, como contínuo de banco.

Na presidência da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai, sua liderança e a capacidade de agregar as reivindicações da indústria o fizeram galgar posição de destaque no segmento em



■ O ex-presidente da Fieg em diferentes eventos entre as décadas de 70 e 80, com o Capitão Waldyr O'Dwyer e Jaime Câmara, outros dois pioneiros da indústria goiana



âmbito nacional. Seu trabalho colocou a indústria goiana de vez no cenário brasileiro e lhe rendeu o título de “Pai da Industrialização em Goiás”, epíteto gravado em uma foto na entrada do Palácio da Indústria, sede histórica da Fieg que leva seu nome, no Centro de Goiânia. Em quatro décadas de atuação como líder classista, no Estado e no País, se empenhou para mudar o perfil da economia goiana nos anos 70 e 80, até então baseada fundamentalmente em pequenas indústrias, como frigoríficos e curtumes.

Com acesso fácil aos altos escalões do governo federal e por mais de três décadas na posição de primeiro secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Aquino Porto atraiu atenção de diversas autoridades para Goiás e conseguiu canalizar inestimáveis recursos financeiros para potencializar a ação das instituições do Sistema Indústria no Estado, sobretudo o Sesi e o Senai. “Ele cumpriu seu sonho, seu ideal. Lutou para trazer muitos recursos em prol da indústria goiana. Muitas obras foram feitas, várias conquistas realizadas”, resume a filha Sulamita de Aquino Porto, técnica da Coordenação Técnica da Fieg.

À exceção da pioneira unidade Senai Roberto Mange e das unidades mais recentes, Aquino Porto foi responsável pela implantação de praticamente toda a rede de ensino técnico no Estado, incluindo a hoje Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, primeira unidade instalada em Goiânia; a Escola Senai Vila Canaã e a Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Geren-

cial, também na capital; a Unidade Integrada Sesi Senai Sama, em Minaçu; a Escola Senai Catalão, a Escola Senai Itumbiara e a Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde. “Tão importantes quanto essas obras realizadas, foram a personalidade, o conceito, a imagem, o respeito, a importância que o segmento industrial de Goiás adquiriu em sua gestão no Sistema Fieg”, enfatiza Paulo Vargas, diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, que trabalhou com o ex-presidente durante 18 anos.

Após 32 anos de sua gestão à frente do sistema sindical patronal industrial goiano, eleito e reeleito em mandatos sucessivos, e considerando cumprida sua missão, Aquino passou, em 2000, o comando da Fieg ao vice, Paulo Afonso Ferreira, mas continuou presidente de honra da Federação. Faleceu em abril de 2003, vítima de complicações respiratórias. “Ninguém é chamado de Pai da Industrialização de Goiás sem haver liderado, com inusitado trabalho e espantosa competência, a sedimentação das bases do parque industrial deste Estado”, reconhece seu sucessor.

“Sem o nome de Aquino Porto, a história de Goiás nunca seria completa. Sua atuação à frente do Sistema Fieg foi marcada por amor a Goiás, trabalho, honestidade, honradez, sensatez, dignidade e, sobretudo, lealdade”, completa Pedro Alves de Oliveira, atual presidente da Fieg. ■

*** Fonte: livro SENAI Goiás 60 anos – Da Carpintaria à Automação Industrial (2012), dos jornalistas Deire Assis e Dehovan Lima

Novo modelo para OS INCENTIVOS

Assim que o Conselho de Política Fazendária (Confaz) referendar os convênios que permitirão aos Estados legalizar suas políticas de atração de investimentos, deputados e senadores deverão abrir amplo debate para construir novo modelo para os incentivos fiscais, a ser proposto por meio de projeto de lei, conforme adianta o deputado federal Alexandre Baldy (Podemos/GO), em entrevista à **Goiás Industrial**. Mas ainda há riscos no caminho. A lei complementar que permite a convalidação e remissão dos incentivos fiscais prevê prazo de 180 dias para que o Confaz e os governos estaduais elaborem e aprovem aqueles convênios. Vencido os prazos, perdem validade as condições especiais criadas pela nova legislação para a votação no Confaz, impondo retrocesso nas discussões sobre o assunto.

Goiás Industrial – Qual a importância para as empresas e para a economia goiana da aprovação do projeto que legitima os incentivos fiscais e as políticas de atração de investimento no Estado? Quais os impactos sobre a atividade econômica de forma geral e para as empresas, em particular?

Alexandre Baldy – A aprovação do projeto que trata de legitimar e convalidar os incentivos fiscais é importantíssima para consolidar os investimentos das indústrias e de todas as empresas que ao longo de 35 anos apostaram em Goiás, no Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiro. Foram esses incentivos que tornaram

Anápolis o segundo maior polo farmacêutico do Brasil, por exemplo, e viabilizaram a instalação de grandes indústrias em nossa região. O incentivo fiscal torna o ambiente competitivo ao empreendedor para trazer sua matéria-prima e agregar valor aqui em Goiás. Então, a convalidação é fundamental para criar ambiente de segurança jurídica para que as indústrias tenham confiança de continuar aqui com seus empreendimentos. E acaba por ser atrativo para aquelas que não investem mais por conta da insegurança que tínhamos e que hoje já está encerrada. É a forma de cumprir o papel de desenvolvimento regional que o governo federal não realizou nos últimos 70 anos e enfrentar o descaso ►

**“A CONVALIDAÇÃO
(DOS INCENTIVOS) É
FUNDAMENTAL PARA
CRIAR UM AMBIENTE
DE SEGURANÇA
JURÍDICA PARA AS
INDÚSTRIAS”**



com a infraestrutura dessas regiões que poderiam promover competitividade na atração de investimentos e instalação de indústrias.



Goiás Industrial – Quais as principais alterações em relação ao projeto original?

Baldy – Inicialmente, o texto aprovado no Senado chegou à Câmara com muita polêmica. Na Câmara, pudemos refletir sobre as particularidades de cada região e a pluralidade dos interesses de cada Estado. Foi preciso construir pontes para conseguirmos elaborar um relatório capaz de ser apreciado e aprovado no plenário, onde fizemos concessões sob argumentos de Estados do Sudeste e Sul para que essa ponte fosse possível, o que refletiu em aprovação quase que unânime no plenário da Câmara dos Deputados, mesmo levando em consideração que seria um projeto polêmico e que se tratava de uma guerra entre regiões. Felizmente, os senadores conseguiram retornar o ponto mais importante, que é manter os incentivos cheios, pelo prazo de fruição que determina a lei.

Goiás Industrial – O projeto de lei complementar permite, além da reinstituição dos benefícios, incentivos e isenções fiscais, a remissão de créditos tributários. Numa avaliação hipotética, qual seria o tamanho desse passivo fiscal caso o projeto não fosse aprovado?

Baldy – Primeiramente, seria necessário instituir um fundo de compensações para os Estados que perderiam com essa mudança. Isso em época de crise fiscal e carga tributária no limite, além de que decretaria a perda do desenvolvimento regional e local, da geração de empregos e da distribuição de renda. É impossível determinar o montante dessas perdas, mesmo porque elas mudam a cada instante e, portanto, não podem ser mensuradas. No entanto, a maior e mais importante perda seria dos empregos dos brasileiros, justamente em meio a um momento de crise, quando precisamos gerar novos postos de trabalho!

Goiás Industrial – O que muda no sistema de votação do Confaz? Haverá alterações igualmente nas votações de processos ordinários ou apenas no caso do convênio que deverá referendar a convalidação dos incentivos? Por que foi adotada essa posição para os demais assuntos submetidos ao conselho?

Baldy – De acordo com a nova lei, não é mais necessário

“OS PRAZOS FORAM FIXADOS DE ACORDO COM A COMPLEXIDADE DOS INVESTIMENTOS (...) E DANDO UM TEMPO SUFICIENTE PARA QUE O PAÍS DESENVOLVA UMA POLÍTICA INDUSTRIAL QUE FOMENTE O DESENVOLVIMENTO EM TODAS AS REGIÕES”

que um Estado obtenha concordância unânime de todos os membros do Confaz para conceder um incentivo fiscal, bastando a partir de agora e pelo prazo de 180 dias exclusivamente em se tratando de convênios a respeito de incentivos fiscais, a anuência de dois terços dos Estados, mais um Estado de cada região, possibilitando o acordo para que consigamos atingir o êxito pleno na função desta legislação em conceder segurança jurídica aos investidores e colocar fim às ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Goiás Industrial – Quais são os prazos estabelecidos para a fruição e extinção dos benefícios concedidos a cada setor de atividade? Em sua avaliação, esses serão suficientes para promover a desejada desconcentração regional de investimentos e das atividades produtivas no País?

Baldy – Os prazos são variados, de 15 anos para incentivos destinados ao fomento das atividades agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano. De oito anos para incentivos destinados à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador. De cinco anos para incentivos destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria. De três anos para incentivos destinados às operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura e de um ano para demais incentivos não classificados nos itens anteriores. Os prazos foram fixados de acordo com a complexidade dos investimentos, garantindo a manutenção daqueles já feitos por um prazo razoável, e dando tempo suficiente para que o País desenvolva política industrial que fomente o desenvolvimento em todas as regiões.

Goiás Industrial – Os Estados ficam proibidos de conceder novos incentivos a partir da aprovação do projeto e da sanção da lei complementar? O que acontecerá com aqueles incentivos que não forem registrados no Confaz depois da sanção?



■ **Na Casa da Indústria:**
Alexandre Baldy
participa de reunião
da diretoria da Fieg

“**DE ACORDO COM A NOVA LEI, NÃO É MAIS NECESSÁRIO QUE UM ESTADO OBTENHA CONCORDÂNCIA UNÂNIME DE TODOS OS MEMBROS DO CONFAZ PARA CONCEDER UM INCENTIVO FISCAL**”

Baldy – Sim. O texto determina que os atos não publicados, registrados e depositados não são convalidados, devendo ser revogados. Os contribuintes podem ser cobrados pelo ICMS não pago. E, para quem conceder novos incentivos irregulares após o convênio, a redação prevê que a unidade federada ficará sujeita aos impedimentos previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, pelo prazo em que perdurar a concessão ou a manutenção das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais. Isso significa que o Estado não poderá receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. Devemos, após a conclusão da convalidação das legislações estaduais, promover amplo debate e um projeto de lei que discuta novo formato para os incentivos

fiscais, que é a única fórmula para o desenvolvimento regional de Goiás e Estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Goiás Industrial – O projeto modifica ou suspende incisos e artigos das leis complementares 24 (de 7 de janeiro de 1975) e 101 (de 4 maio de 2000). O que exatamente está sendo alterado e que reflexos essas mudanças poderão ter para a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Baldy – Vale ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal continuará sempre como um instrumento fundamental para o País, e que sem essa previsão seria impossível garantir a convalidação dos benefícios antigos. Quanto à Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, nada está sendo alterado no seu texto. O quórum especial para aprovação do convênio de convalidação/reinstituição dos benefícios só vale para esse convênio. Novos ►

Assessoria de imprensa / Gabinete do parlamentar



“FELIZMENTE OS SENADORES CONSEGUIRAM RETORNAR O PONTO MAIS IMPORTANTE, QUE É MANTER OS INCENTIVOS CHEIOS, PELO PRAZO DE FRUIÇÃO QUE DETERMINA A LEI”

benefícios fora dos previstos na lei complementar agora aprovada só poderão ser concedidos após convalidados por unanimidade. Quanto à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ela também não é alterada pela lei complementar agora aprovada. No art. 4º, afastam-se as restrições decorrentes da aplicação do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que possam comprometer a implementação das disposições da nova lei. Isto é, não será necessário estimar a renúncia de receitas nem apresentar medidas compensatórias. O problema não está nem tanto nos benefícios que já existem, mas sim na possibilidade de extensão. Além disso, não existe renúncia de receitas por um Estado que obteve investimento novo e abriu mão de uma parcela do ICMS que anteriormente a este investimento não existia.

Goiás Industrial – O projeto fixa prazo de 180 dias para a deliberação do Confaz sobre os convênios que deverão

convalidar os benefícios e incentivos. O que acontecerá se o prazo vier a ser descumprido?

Baldy – Os termos benéficos da lei não valerão mais. Não será mais possível convalidar os benefícios antigos com quórum reduzido, mas acredito que, dada a dificuldade da aprovação desta lei complementar e da importância do assunto para quase todos os Estados brasileiros, o prazo deve ser mais do que o suficiente para convalidar as legislações estaduais acerca dos incentivos fiscais, pois estaremos preservando e salvaguardando empregos e investimentos por todo o Brasil.

Goiás Industrial – Em sua visão, esta foi a melhor solução para a questão ou o sr. acredita que deveria ter sido buscado caminho alternativo? Nesta segunda hipótese, qual a solução ideal para a questão?

Baldy – Foi o melhor que pudemos fazer para tratar da insegurança jurídica que o tema traz. A possibilidade de o STF declarar inconstitucionais várias legislações estaduais causaria impacto econômico e social sem precedentes, afastaria a possibilidade de novos investimentos no Brasil e desestimularia o apoio nacional e internacional a novos projetos. Portanto, creio que foi a melhor e mais importante solução para Goiás e para o Brasil no tema tributário neste ano, sendo sim, extremamente necessário e essencial discutirmos nova legislação que permita concessão de incentivos fiscais por Estados em desenvolvimento, regiões menos competitivas, onde a falta de investimento do governo federal em infraestrutura provoca o atraso na evolução econômica e emperra a descentralização das atividades produtivas no Brasil. O País precisa de incentivo ao desenvolvimento das vocações regionais, e das potências que fazem cada Estado ser competitivo, explorando as riquezas naturais. Por isso, afirmo que é fundamental a continuidade de programa de desenvolvimento regional através de incentivos fiscais, mesmo após o prazo da lei complementar que aprovamos no Congresso Nacional se encerrar, pois precisamos e precisaremos dos empregos e do desenvolvimento em Goiás e em todas regiões menos favorecidas do Brasil. ■



“**DEVEMOS, APÓS A CONCLUSÃO DA CONVALIDAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS, PROMOVER AMPLO DEBATE E UM PROJETO DE LEI QUE DISCUTA NOVO FORMATO PARA OS INCENTIVOS FISCAIS**”



Um serviço pensado para aumentar a rentabilidade do seu negócio

Apoio **especializado** para acompanhamento dos mercados agrícolas

Cobertura de commodities:

- ◆ Soja (grão, farelo e óleo)
- ◆ Milho
- ◆ Trigo
- ◆ Açúcar
- ◆ Café

- ◆ Acesso Direto ao Consultor (Open Line)
- ◆ Estratégias personalizadas e construção de cenários sob medida
- ◆ Alertas em tempo real (e-mail, whatsapp, SMS ou telefone)
- ◆ Teleconferências
- ◆ Reuniões Presenciais

Solicite uma demonstração gratuita:

www.safras.com.br (51) 3290-9200





■ **Quebra de paradigma:** reforma trabalhista, após mais de 70 anos da CLT, deve ser seguida por cardápio mais amplo de reformas, incluindo Previdência, tributária e política, na visão da indústria

Um País em REFORMA

Sancionada por Temer, a Lei de Modernização Trabalhista acolhe as principais propostas do empresariado, dando relevância ao negociado sobre o legislado

Sancionada pelo presidente Michel Temer no dia 13 de julho, a Lei 13.467/2017, também chamada pelo governo e pelo mercado de “Lei de Modernização Trabalhista”, deverá “abrir um novo cenário nas relações entre capital e trabalho”, resume o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira. O projeto da reforma das leis do trabalho havia sido aprovado dois dias antes pelo Senado, por 50 votos a favor, 26 contrários e uma abstenção, depois de quase sete horas de obstrução dos trabalhos no plenário da casa por um grupo de senadoras que se opunham às mudanças.

O plenário rejeitou 178 emendas e 3 destaques ao projeto, preservando o que havia sido aprovado pela Câmara e mantendo o parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria. Em sua essência, a nova lei faz prevalecer sobre o legislado o acordado entre empresas e seus empregados, excetuando-se direitos essenciais inscritos na Constituição Federal, a exemplo do salário mínimo, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de férias proporcionais, do aviso prévio e 13º salário. ►

ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS			DESCRIÇÃO	RESULTADO
PSDB S	PMDB SIM	PCdoB NÃO	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e as Leis nºs 6.019 de 1974, 8.036 de 1990 e 8.112 de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.	SIM 50 NÃO 26 ABSTENÇÃO 1 PRESIDENTE 0 QUORUM 77
PR S	PSDB SIM	PPS		
PMDB N	PT NÃO	PRB		
	PP SIM	PSC		
	PSB NÃO	REDE NÃO		
	PSD SIM	PTC NÃO		
	DEM SIM	Minoria		
	PR SIM	Governo SIM		
	PDT NÃO			
	PTB SIM			
	PODE			
				Votação Aberta

■ **Resultado final:** projeto terminou aprovado por 50 votos a 26, com uma abstenção

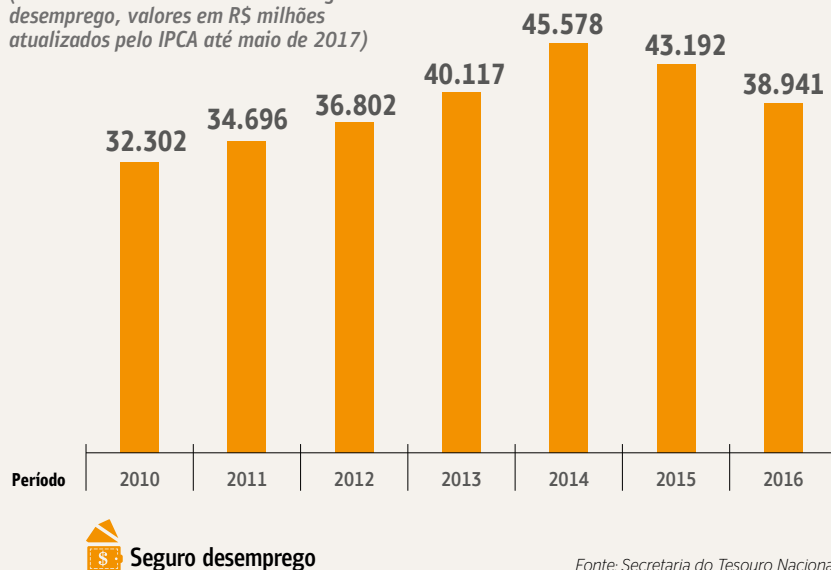
O recolhimento da contribuição sindical, antes obrigatório e equivalente a um dia de trabalho por ano, passa a ser voluntário, segundo opção dos trabalhadores. Com a concordância do empregado, as férias poderão ser parceladas, daqui para frente, em até três períodos, sendo que um deles deverá ter no mínimo 14 dias.

O transporte do trabalhador desde sua residência até o trabalho, assim como o tempo gasto no retorno ao final do expediente, não será mais computado na jornada de trabalho. A homologação das rescisões contratuais não precisará mais ocorrer no sindicato que representa cada categoria profissional e poderá ser feita dentro da própria empresa, com assistência de um advogado, podendo ter a participação do sindicato.

Em outra inovação, a lei já em vigor cria a demissão em comum acordo, novo dispositivo jurídico que permitirá a redução da multa sobre o FGTS de 40% para 20%, limitando o aviso prévio a 15 dias. Neste caso, o trabalhador poderá liberar apenas 80% do saldo em sua conta no FGTS, perdendo o direito ao seguro de-

Demissões em alta, despesa em baixa

(Gastos do Tesouro Nacional com seguro desemprego, valores em R\$ milhões atualizados pelo IPCA até maio de 2017)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

semprego, numa fórmula encontrada pela equipe econômica para facilitar o ajuste nas contas públicas.

Corte no seguro

Em valores reais, atualizados com base no Índice de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os gastos do Tesouro Nacional com o seguro desemprego despencaram 14,6% desde 2014, quando a economia entrou oficialmente em recessão, saindo de R\$ 45,578 bilhões para R\$ 38,941 bilhões em 2016, o mais



Miguel Angelo/CWI

■ **Wilson Oliveira, Paulo Afonso, Daniel Vilela e Pedro Alves:** indústria goiana representada no dia de sanção da nova lei trabalhista

baixo desde 2012. No acumulado dos primeiros cinco meses deste ano, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrou-se elevação real de 2,7%, com aquele tipo de despesa subindo de R\$ 16,203 bilhões para R\$ 16,647 bilhões.

jurídica nas relações de trabalho. “As empresas poderão contratar mais, tendo como base a segurança de que o acordado irá prevalecer e isso deverá levar a uma retomada do emprego, o que será bom para todos”, sustenta Pedro Alves.

Adicionalmente, a perspectiva é de

que a legislação recém-sancionada permita trazer para a formalidade milhares de pessoas que atualmente trabalham na informalidade. Além de maior segurança, acrescenta ele, a reforma cria novos modelos de contratação, ao permitir trabalhos temporários e intermitentes, o que vem se

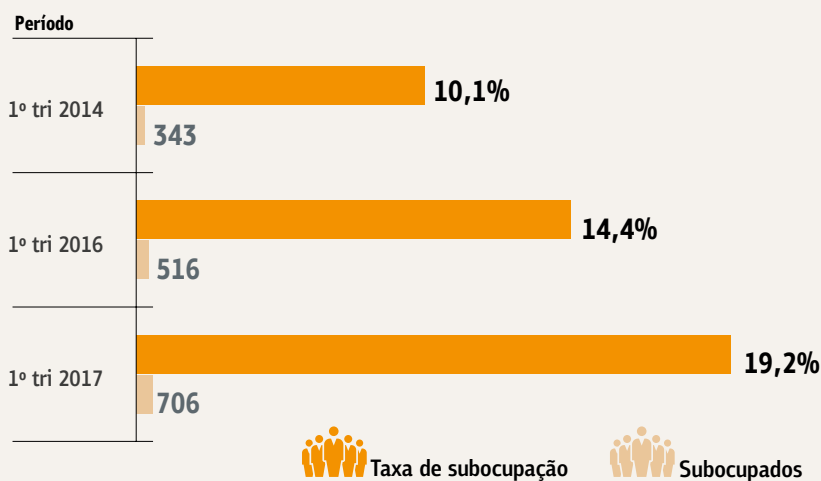
“Navegantes do mesmo barco”

Na avaliação de Pedro Alves, a reforma deverá criar oportunidade para uma aproximação entre empresários e trabalhadores, “pondo fim nesse estigma segundo o qual os dois lados devem ser antagonistas.” Na verdade, diz ele, “somos navegantes do mesmo barco. Se há 14 milhões de desempregados, ocorreu igualmente o fechamento de 130 mil empresas e um número expressivo delas encontra-se em recuperação judicial.”

O presidente da Fieg espera que a reforma desperte o interesse de capitais estrangeiros e de investidores domésticos na abertura de novas empresas no Brasil, com consequente criação de novos empregos, já que as mudanças na legislação tenderão a reduzir riscos e a insegurança

O avanço da subocupação*

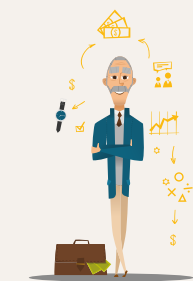
(Evolução do mercado potencial de trabalho, em milhares de pessoas)



Fonte: IBGE

(*) A força de trabalho utilizada inclui desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e aquelas pessoas que gostariam de trabalhar, mas estão fora do mercado

Os principais pontos da Lei de Modernização Trabalhista



Shutterstock

- **Prevalência do acordado sobre o legislado** – Exceção para os direitos essenciais, como salário mínimo, FGTS, férias proporcionais, aviso prévio e 13º salário
- **Fim do Imposto Sindical obrigatório** – O recolhimento correspondente a um dia de trabalho por ano passa a ser voluntário, por opção do trabalhador
- **Parcelamento de férias** – em até três períodos, com concordância do empregado, sendo que um dos períodos deve ter no mínimo 14 dias
- **Jornada de trabalho diária** – Poderá ser ajustada, desde que a compensação seja feita no mesmo mês e se limite a dez horas diárias, conforme já previsto na CLT
- **Intervalo intrajornada** – Poderão ser negociados, entre sindicatos e empresa, intervalos para almoço menores que uma hora
- **Jornada parcial e temporária** – Poderá subir de 25 para até 30 horas semanais, sem direito a horas extras; poderá também ser 26 horas com até seis horas extras semanais
- **Inclusão da jornada intermitente** – Permitirá a prestação de serviços com interrupções em dias alternados ou apenas por algumas horas por semana; o trabalhador deve ser convocado com até cinco dias de antecedência
- **Terceirização** – Proíbe que uma pessoa com carteira assinada seja demitida e contratada como pessoa jurídica, ou por terceirizada por um período inferior a dezoito meses
- **Demissão em acordo** – Cria um novo dispositivo jurídico: a Demissão em Comum Acordo. Por este mecanismo, a multa do FGTS pode ser reduzida para 20% e o aviso prévio fica restrito a 15 dias. O trabalhador poderá ter acesso a 80% do valor do FGTS, mas perde direito aos seguro desemprego
- **Trabalho remoto** – O trabalho em casa poderá ser formalizado entre patrão e empregado, via contrato sobre equipamentos e gastos com energia e internet; o controle do trabalho será feito por tarefa;
- **Transporte ao trabalho** – Exclui o tempo in itinere da jornada de trabalho
- **Homologação de rescisão contratual** – Poderá ser feita na própria empresa, com assistência de advogado; podendo também ter assistência do sindicato
- **Banco de horas e horas extras** – Banco de horas será negociado entre as partes, garantindo-se o acréscimo de 50% no valor pago pelas horas extras
- **Registro de ponto** – A forma de registro e controle de ponto poderá ser definida em acordo coletivo, flexibilizando, por exemplo, a exigência de ponto eletrônico

Fonte: Coordenação Técnica da Fieg (Cotec)



■ **Nos corredores da reforma: clima quente no dia da votação do projeto de modernização das leis trabalhistas**

somar à nova regulação já em vigor para a terceirização de mão de obra nas empresas. “Deve-se lembrar que as mudanças não vão retirar direitos dos trabalhadores, que continuam protegidos pela Constituição”, afirma ainda.

Apenas em Goiás, nas estatísticas mais recentes do IBGE, trazidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), a soma total das pessoas desocupadas, subocupadas e daquelas que estão fora do mercado, mas desejariam trabalhar (força de trabalho potencial), atingiu 706 mil trabalhadores no primeiro trimestre deste ano, num salto de 105,8% desde igual período de 2014, o que significou 363 mil pessoas a mais. A taxa de subutilização da mão de obra subiu de 10,1% para 19,2% no mesmo intervalo, por conta da crise.

ACERTO E NOVA POLÊMICA

Alguns pontos da reforma ainda deverão sofrer ajustes, segundo compromisso assumido pela Presidência da República com os senadores para acelerar a votação da matéria. A princípio, as mudanças deveriam ser feitas por meio de medida provisória, mas o governo já avalia a oportunidade de encaminhar ao Congresso um projeto de lei, diante da reação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que se colocou contrário a mudanças no texto aprovado pela casa.

Segundo levantamento realizado pela Coordenação Técnica da Fieg, o acordo com os senadores, entre outros pontos, envolve definições mais claras para o trabalho intermitente, com a criação de uma quarentena de 18 meses para a migração de um contrato de trabalho por tempo indeterminado para outro de caráter inter-

mitente. A jornada de 12 por 36 horas (ou seja, 12 horas de trabalho intercaladas por 36 horas de descanso) será aceita desde que esteja prevista em acordo ou convenção trabalhista, respeitadas as leis específicas que regem a jornada individual.

A lei sancionada permite que grandes empresas negociem acordos trabalhistas diretamente com comissões de representantes dos trabalhadores. Esse trecho deverá igualmente ser modificado, restabelecendo-se a obrigatoriedade de participação dos sindicatos em toda negociação coletiva. Assim como deverá ser restabelecida a proibição do trabalho de gestantes em locais insalubres. Nos casos de baixo ou médio grau de insalubridade, o trabalho das gestantes dependerá de atestado médico que o autorize.

A medida vai estabelecer ainda que a negociação para enquadramento do grau ►

de insalubridade e para prorrogação de jornada em ambientes insalubres deverá respeitar as regras de Saúde e Segurança do Trabalho e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Os contratos com trabalhador autônomo, nos termos do mesmo acerto, não poderão prever cláusula de exclusividade, sob pena de configurar vínculo empregatício.

MOMENTO PARA ACELERAR REFORMAS

“Essa proposta é um avanço porque fortalece o que está escrito na Constituição desde 1988”, afirma Paulo Afonso Ferreira, presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele lembra que a “negociação coletiva é um direito do trabalhador e os acordos e convenções coletivos firmados de forma legítima devem ser respeitados e prestigiados”. A nova legislação, acrescenta, “reduzirá sensivelmente a insegurança jurídica nas relações de trabalho, que é prejudicial tanto para empresas quanto para trabalhadores.”

Embora relevante, a nova lei trabalhista, prossegue Ferreira, deve ser seguida por um cardápio mais amplo de reformas, incluindo a da Previdência, a tributária e a política. No mesmo tom de urgência, aguçado após a mudança no governo, ele considera a reforma do sistema previdenciário fundamental para assegurar o pagamento das futuras aposentadorias e o equilíbrio de longo prazo nas contas do setor público. “A conta da Previdência não fecha. Sem a reforma, toda a sociedade perderá. É um rombo que terá de ser coberto pelo contribuinte brasileiro, pela sociedade. Quanto mais adiamos esta reforma, mais amargo será o remédio”, declara Ferreira.

A reforma tributária, prossegue ele, deverá simplificar a cobrança de tributos e reduzir obrigações acessórias, que burocratizam em excesso todo o sistema e o

José Paulo Lacerda/CNI



■ **Paulo Afonso Ferreira:** depois da reforma trabalhista, as reformas da Previdência, tributária e política

tornam mais caro para os contribuintes. À carga tributária elevada soma-se um dos sistemas mais complexos do mundo, na versão de Ferreira. “Para as empresas, isso significa ter de manter grandes equipes apenas para entender e calcular os impostos devidos, além de acompanhar as frequentes mudanças infralegais nas regras tributárias, deslocando recursos que poderiam ser aplicados em investimentos e na produção”, comenta.

Em sua avaliação, a fase crítica que o País atravessa, especialmente em função da grande turbulência na área política, reforça a necessidade de uma reforma política-eleitoral, como alternativa para “fortalecer as instituições democráticas e reforçar a importância do exercício da cidadania e a legitimidade dos mandatos conquistados pelo voto.” Proposta da CNI, conforme Ferreira, inclui a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais e a instituição de cláusulas de

desempenho para funcionamento dos partidos, o que reduziria “a alta fragmentação partidária no País”, o que estaria por trás das crises frequentes de governabilidade, prejudicando “a interação da sociedade civil com os partidos.”

As crises políticas recentes, reforça ele, “mostram que a estabilidade política é fundamental para a consolidação de um ambiente de negócios propício ao investimento e ao crescimento da economia. No entanto, sabemos que este é um debate complexo, que deve ser travado com serenidade, mas também com urgência.”

REDUÇÃO DE CONFLITOS

A aprovação da proposta que atualiza as leis trabalhistas brasileiras, pelo Congresso Nacional, representa avanço na construção de relações do trabalho modernas e alinhadas com a economia do século 21, na visão da Confederação



■ **Alexandre Furlan:** força de lei para instrumentos coletivos negociados de forma legítima

Nacional da Indústria (CNI). O grande mérito da proposta, ainda de acordo com a entidade, é valorizar e trazer segurança para a negociação coletiva, prestigiando o diálogo entre empresas e trabalhadores, representados por seus sindicatos, para encontrar soluções mutuamente benéficas para seu dia a dia.

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, ressalta que a chamada “força de lei” que a proposta atribui aos instrumentos coletivos negociados de forma legítima é fundamental para harmonizar as relações do trabalho, reduzindo de forma significativa fonte de conflito judicial. Além disso, lembra que tal prestígio à negociação coletiva é o que preconizam a Constituição Federal, convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A valorização do papel da negociação

coletiva, assegurado seu reconhecimento pelo Estado, dá força aos personagens principais do mundo do trabalho - empresas e trabalhadores – para que pactuem rotinas e condições de trabalho específicos à rea-

lidade em que estão inseridos”, diz Furlan. “Não se trata, de forma alguma, de perda ou redução dos direitos assegurados e alçados ao patamar constitucional”, destaca. (Agência CNI de Notícias)

RECONHECIMENTO À BANCADA DE GOIÁS

Em encontro na Casa da Indústria, a Fieg agradeceu parlamentares integrantes da bancada federal goiana pela atuação no Congresso Nacional ao votar favoravelmente a matérias importantes para Goiás e para a retomada do crescimento do País, a exemplo da terceirização, reforma trabalhista e convalidação dos incentivos fiscais. Estiveram presentes os deputados Fábio Sousa e Magda Mofatto e o senador Ronaldo Caiado. O evento teve participação de representantes do Fórum de Entidades Empresariais de Goiás, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Sebrae Goiás e presidentes de sindicatos das indústrias. ■

■ **Reconhecimento:** senador Ronaldo Caiado (centro) e deputados federais Magda Mofatto e Fábio Sousa, durante encontro os presidentes da Fieg, Pedro Alves, da Fecomércio, José Evaristo, e o vice da CNI, Paulo Afonso Ferreira



Alex Mathieros



■ **Aprovação com folga:** com votos de 50 senadores, projeto legaliza incentivos concedidos pelos Estados nas últimas décadas

Batalha VENCIDA



Adriana / Agência Senado

Aprovada a convalidação dos incentivos fiscais pelo Congresso, governos e empresas terão maior segurança para planejar o crescimento e retomar investimentos

A aprovação definitiva pelo Senado, no dia 12 de julho, do projeto que autoriza a convalidação dos incentivos fiscais inaugura nova página na história controversa das políticas de atração de investimentos adotadas nas últimas décadas pelos governos estaduais. A nova lei, que passa a regular incentivos, isenções e benefícios fiscais, pacifica disputa jurídica que já envolvia o Supremo Tribunal Federal (STF), estabelece segurança jurídica para as empresas beneficiadas pelos incentivos e assegura, ainda, a tão desejada atração de indústrias, investimentos e empregos para as regiões emergentes, avalia o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira.

“Os benefícios fiscais foram responsáveis pela desconcentração das oportunidades de crescimento, gerando milhares de empregos nas regiões menos desenvolvidas, no interior do País e sobretudo no Nordeste”, declara Pedro Alves. Ele lembra que a Fieg sempre teve participação ativa nesse processo, desde 1986, quando tiveram início as políticas de incentivo ao investimento em Goiás. “A federação participou efetivamente e sempre apoiou os incentivos. Ainda como presidente do Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Goiás (Siago), fui encarregado pelo então presidente da Fieg, Aquino Porto, de representar o setor industrial no conselho do Fomentar. Concordei em ficar um ano no conselho, mas acabei permanecendo no cargo por 17 anos”, recorda-se Pedro Alves.

Com a aprovação da medida pelo Congresso, prossegue o presidente da Fieg, “é preciso relembrar que, quando Juscelino Kubitschek (presidente da República entre 1956 e 1961) trouxe a capital federal para Brasília, a proposta era de promover o crescimento do País como um todo, revertendo a concentração econômica nas regiões Sul e Sudeste”. Para Pedro Alves, afastado o risco de os incentivos serem considerados ilegais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), provocado por uma série de ações de inconstitucionalidade movidas especialmente por São Paulo, as empresas terão daqui em diante a tranquilidade necessária para planejar a expansão de seus negócios nos Estados e a realização de investimentos que trarão empregos e renda, irrigando toda a economia. ►

O governador Marconi Perillo classificou a decisão como uma “vitória histórica para a consolidação da industrialização de Goiás”, reforçando que a convalidação trará “segurança jurídica e novos investimentos, com mais empregos e renda para o Estado”. Em sua visão, “valeu a pena apostar todas as fichas na industrialização de Goiás nesses últimos 20 anos, para atrair investimentos, novas riquezas, gerar mais empregos e transportar o PIB de Goiás de R\$ 17 bilhões para R\$ 200 bilhões.”

Perillo relembra os esforços intensos desenvolvidos para aplainar o terreno e retirar obstáculos políticos à aprovação da matéria pelo Congresso, o que exigiu uma série de reuniões e viagens a Brasília e ampla articulação envolvendo a bancada de Goiás no Congresso. “A aprovação vira uma enorme página de incertezas sobre o rumo da economia de Goiás e dos Estados em desenvolvimento, para os quais os incentivos, todos sabemos, são vitais para o crescimento”, destaca ainda o governador. Perillo faz questão de agradecer à bancada federal e, em especial, ao deputado Alexandre Baldy (Podemos), autor do substitutivo aprovado pela Câmara em 31 de junho, e à senadora Lúcia Vânia (PSB), autora do projeto original aprovado pelo Senado em abril de 2015, assim como aos governadores que compõem o Fórum Brasil Central, consórcio que reúne os governos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, do Tocantins, além de Goiás e do Distrito Federal.

Balanço dos empregos e investimentos

Num balanço da Secretaria de Desenvolvimento (SED), atualmente 295 empresas recebem incentivos previstos nos programas Produzir e Fomentar, que contrataram, entre 2000 e o ano passado, 1.893 projetos, com investimentos fixos previstos em R\$ 43,275 bilhões e expectativa de geração de 212,79 mil empregos diretos. Na soma geral, os incentivos con-

tratados atingem qualquer coisa ao redor de R\$ 255,412 bilhões, o que corresponde a 5,9 vezes o total do investimento esperado, correspondendo ainda à distribuição de R\$ 1,2 milhão sob o título de estímulo fiscal a cada emprego criado.

A relação entre o valor do benefício e o investimento contratado já foi mais elevada, chegando a 45,4 vezes em 2000. Este foi um dos fatores que levaram o governo a alterar as regras para a concessão de incentivos, criando o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), instituído pela Lei 13.591, de janeiro de

2000. O Produzir passou a conviver com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), que havia sido criado, por sua vez, pela Lei 9.489, de julho de 1984.

No ano passado, com 66 projetos aprovados, em queda de 22,4% frente aos 85 registrados em 2015, foram contratados benefícios de R\$ 8,286 bilhões, praticamente o mesmo valor observado um ano antes (R\$ 8,293 bilhões). Mas o tamanho do investimento prometido pelas empresas incentivadas saltou 175,2%, saindo de R\$ 273,159 milhões para R\$ 751,838 milhões,

Dezessete anos de incentivos

(Balanço de projetos, empregos, investimentos e benefícios concedidos de 2000 a 2016 pelos programas Produzir e Fomentar)

Ano	Projetos aprovados	Empregos diretos	Investimento fixo (R\$ milhões)	Benefício (R\$ milhões)
2000	10	478	52,378	2.379,62
2001	59	4.201	546,673	2.373,63
2002	83	5.283	652,165	4.211,62
2003	297	36.024	5.907,20	18.934,50
2004	217	14.625	1.831,54	14.135,23
2005	175	20.520	3.171,43	18.045,11
2006	148	21.543	5.755,67	25.683,16
2007	131	33.903	8.903,16	48.522,90
2008	114	23.186	7.754,48	36.597,82
2009	100	12.794	2.076,40	13.578,30
2010	76	6.055	710,551	4.919,17
2011	74	6.182	2.019,65	8.833,88
2012	85	6.667	1.394,55	4.776,73
2013	100	8.820	1.044,19	6.679,94
2014	73	5.482	429,955	29.161,14
2015	85	3.995	273,159	8.293,13
2016	66	3.032	751,838	8.286,32
Total	1.893	212.790	43.275,0	255.412,19

Fonte: Produzir/Fomentar



Marcos Oliveira/Agência Senado

■ No plenário: num dia de trabalho intenso, senadores discutem novo marco legal para os benefícios fiscais

com a relação entre incentivos e investimentos passando de 30,36 para 11,02 vezes. Nessa comparação, o ano de 2014 revela os valores mais elevados, já que o total dos incentivos (R\$ 29,161 bilhões) foi 67,82 vezes maior do que o investimento contratado (R\$ 429,955 milhões).

Ainda conforme a secretaria, neste ano, até junho, 27 empresas tiveram projetos de investimentos aprovados pelo conselho do Produzir/Fomentar e outras 4 estão com seus projetos em análise.

setor de atuação das empresas incentivadas, continuarão em vigor por até 15 anos, quando espera-se o fim da chamada 'guerra fiscal'. Uma futura reforma tributária, ainda não construída, deverá acomodar medidas que estimulem a desconcentração da economia, beneficiando as regiões menos desenvolvidas e substituindo as políticas estaduais criadas nas últimas décadas para incentivar investimentos.

O substitutivo aprovado pelo Senado

em julho alterou marginalmente o projeto que havia sido votado pela Câmara em junho. Entre as alterações, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do projeto, rejeitou a proposta de redução gradual dos incentivos ao longo do tempo, argumentando que isso corresponderia a um aumento igualmente gradativo da carga tributária.

Também ficou definido que os Estados que contrariarem a nova lei, a critério do ►

MAIS 15 ANOS DE INCENTIVOS

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e os governos dos Estados terão 180 dias, a partir da sanção da lei da convalidação, para elaborar e aprovar os convênios que permitirão a remissão dos incentivos aprovados nas últimas décadas sem a aprovação daquele conselho. A relação dos incentivos em vigor ficará disponível para consulta pública no Portal Nacional da Transparência Tributária, a ser criado pelo próprio Confaz.

Os benefícios fiscais, a depender do

Prazo de vigência dos novos benefícios

Até 15 anos	Agropecuária, indústria, infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e transporte urbano
Até 8 anos	Atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio exterior, incluindo operação praticada pelo contribuinte importador
Até 5 anos	Manutenção e incremento de atividades comerciais, desde que o benefício seja para o real remetente da mercadoria
Até 3 anos	Operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura
até 1 ano	Demais setores

Fonte: Agência Senado



Ministério da Fazenda, estarão sujeitos a sanções que incluirão a suspensão de transferências voluntárias de outros Estados e do Distrito Federal e a proibição de contratação de operações de crédito, por exemplo. O Senado reestabeleceu ainda a possibilidade de os Estados aderirem a programas de incentivo elaborados por governos de Estados vizinhos sem a necessidade de autorização do Confaz, medida que havia sido abolida pela Câmara.

TRANSPARÊNCIA, A COBRANÇA DA SOCIEDADE

Autora da proposta original que resultou na convalidação, a senadora Lúcia Vânia (PSB/GO) afirma que o novo marco legal estabelece “um regramento para os futuros benefícios”, além de concordar que a medida trará mais segurança jurídica para as empresas e para os governos estaduais. Entre as poucas alterações inseridas pela Câmara no substitutivo ao projeto que saiu do Senado, a senadora destaca a adoção do dispositivo que na prática impede a Receita Federal de reclamar o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre o valor dos benefícios recebidos pelas empresas.

A desoneração assegurada a pessoas jurídicas a partir da concessão dos incentivos fiscais estaduais, dessa forma, permanecerá imune a qualquer outro tipo de tributação. O dispositivo citado pela senadora define esses incentivos como subvenção ao investimento. Nesse formato, os benefícios não serão considerados no momento de apurar o lucro real das empresas, deixando de fazer parte da base de cálculo da CSLL.

“A Receita estava de olho nisso, mas conseguiu-se incluir um instrumento que impede essa cobrança. É uma medida importante porque não justifica cobrar imposto em cima de um benefício. Acho que isso seria muito negativo. Este talvez

Gerdan Wesley



■ **Lúcia Vânia:** dispositivo impede que Receita cobre contribuição sobre benefícios fiscais recebidos pelas empresas

tenha sido o item mais importante inserido na Câmara”, comenta Lúcia Vânia.

A definição de regras, além de pacificar a questão dos incentivos fiscais no âmbito jurídico, era defendida até mesmo pela Associação Pró-Desenvolvimento Industrial (Adial), relembra Lúcia Vânia. O que será necessário, daqui para frente, em sua avaliação, será estabelecer limites claros para os benefícios fiscais no orçamento estadual, “para que não existam questionamentos”. Ainda de acordo com a senadora, “o que não se pode fazer é continuar concedendo os benefícios sem que a sociedade tenha clareza do que está sendo investido. Isso eu acredito que vai contra tudo o que a sociedade deseja hoje.” Em reforço ao seu raciocínio, a senadora acrescenta que “as pessoas hoje querem saber o que significa uma renúncia fiscal, a quanto o Estado renuncia e quais os

benefícios que essa renúncia vai trazer.”

Lúcia Vânia destaca ainda a mudança adotada para a votação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) dos convênios que vão dar forma final à convalidação dos benefícios em vigor até a sanção da lei. O projeto referendado pela Câmara elimina a exigência de votação unânime para a aprovação daqueles convênios. Sua aprovação exigirá a adesão de dois terços das unidades da federação, com a exigência ainda dos votos de um terço dos Estados integrantes de cada uma das cinco regiões do País. “Se não fosse assim, não se convalidaria nada”, pontua a senadora.

REDISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS E RENDA

Nas últimas três décadas, a economia goiana passou por um processo de indus-



■ **Otávio Lage de Siqueira Filho:** fim da “ameaça frontal e definitiva de perda de todos os incentivos fiscais por decisão do STF”

trialização que apenas se tornou possível graças às políticas de incentivos fiscais, declara Otávio Lage de Siqueira Filho, presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial Goiás). “Mesmo que o Estado tenha usado um imposto estadual, a saber, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como ferramenta para atrair mais de mil empresas, os programas foram questionados por outras unidades da federação, que passaram a perder indústrias para Goiás”, aponta Siqueira Filho.

Segundo ele, sempre pairou sobre o Estado o risco de extinção daqueles programas, especialmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). “Neste ano, o julgamento de uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) somente não ocorreu graças a uma eficiente ação política do governador Marconi Perillo junto

ao governo de São Paulo, o que permitiu suspender a votação”, exemplifica.

O projeto recentemente aprovado pelo Congresso e enviado à sanção presidencial tranquiliza o setor produtivo ao permitir a regularização de todos os incentivos, diz Siqueira Filho. “O mais relevante é essa reviravolta, de ameaça frontal e definitiva de perda de todos os incentivos fiscais por decisão do STF em um julgamento já em andamento, pela aprovação de uma lei que convalida os incentivos em vigor e amplia em mais 15 anos o prazo de validade dos programas”, ressalta ele.

A aprovação final do projeto, prossegue ainda, permitirá que o projeto de industrialização dos Estados emergentes avance, desconcentrando a produção industrial e redistribuindo as possibilidades de crescimento regionalmente. “Temos um País continental, onde é preciso distribuir

a geração de emprego e renda por todo seu território, buscando acabar com o desequilíbrio de preço de produtos, migração de pessoas, empobrecimento de Estados periféricos. Ou seja, é preciso implantar um sistema de redução das desigualdades”, defende ele.

Em sua análise, a desconcentração industrial tem provocado “uma transformação social no País e possibilitado ganhos de eficiência produtiva, pois a fábrica fica mais próxima da matéria-prima e tem custos menores de produção.” Caso não ocorresse a aprovação, cita o presidente da Adial, a tendência seria de extinção de todos os incentivos fiscais pelo STF, iniciando “um gigantesco processo de desindustrialização no interior do País e de consequente reconcentração do setor industrial nas regiões Sul e Sudeste, por conta do forte mercado consumidor interno e da proximidade dos portos, para atender o mercado externo.”

Custos para emergentes

A questão essencial resume-se, argumenta Siqueira Filho, a um diferencial de custos de produção que penaliza as regiões menos desenvolvidas do País. “Para se produzir no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste é preciso incentivo, pois, do contrário, os produtos não chegariam competitivos no mercado consumidor. Estamos falando de desemprego e inflação, de imediato. São problemas que precisamos corrigir e não aprofundar”, argumenta ainda.

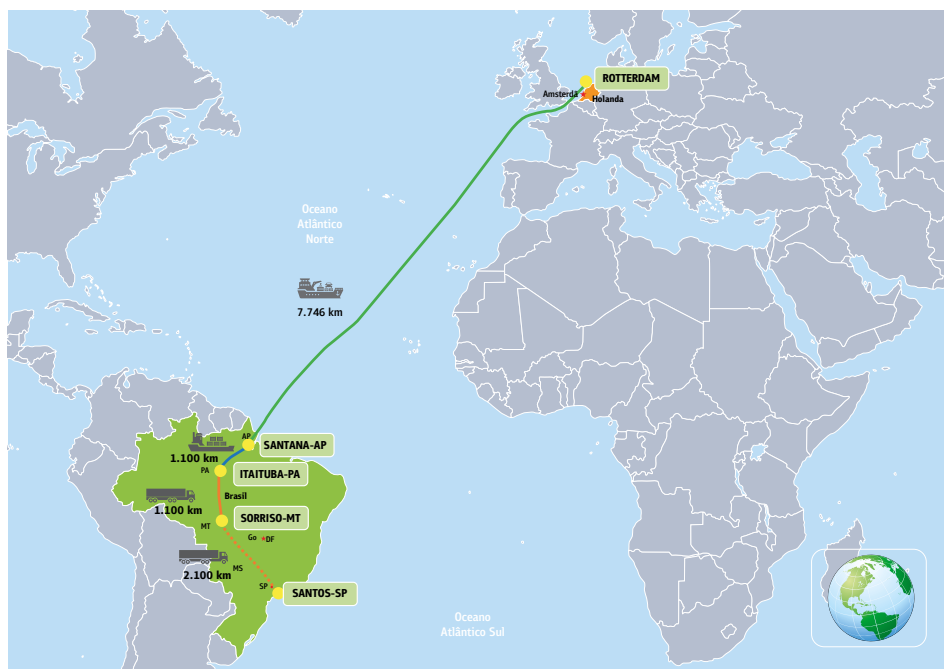
Classificando o fim eventual dos incentivos como um “golpe para o País”, o empresário acredita que isso poderia significar, “particularmente para Goiás”, desinvestimento, fechamento de indústrias, desemprego e, portanto, “empobrecimento da população”. Como agravante, arremata ele, poderia se esperar queda na geração de tributos, o que “ocasionaria a redução dos investimentos a cargo do Estado.”

CARAMURU RETOMA ESTUDOS PARA INVESTIR

Na ausência de uma legislação para convalidar os incentivos fiscais concedidos pelo Estado, a economia goiana teria sofrido retrocesso de 20 a 25 anos, afirma Alberto Borges de Souza, presidente do conselho de administração da Caramuru Alimentos, maior processadora de soja de capital nacional em operação no País, com sede em Itumbiara. “Se não fosse aprovado o projeto, as empresas do Estado perderiam competitividade e teriam de discutir o passivo fiscal acumulado nos últimos cinco anos, além do que estaria configurada quebra de contrato, gerando insegurança jurídica”, complementa.

Em sua análise, o prazo de 15 anos a partir da promulgação da nova lei para a concessão e fruição de novos benefícios fiscais “abrirá as portas para que Goiás consiga atrair novos investimentos. Trata-se de um prazo adequado.” No caso específico da Caramuru, a decisão tende a contribuir para que a empresa retome a análise de projetos que estavam em sua mira, mas que ainda dependem de estudos mais detalhados antes de serem submetidos ao conselho de administração da empresa. “Isso fará com que a diretoria se mobilize para aprovar novos projetos para Goiás. Estamos desengavetando alguns deles para estudos técnicos e análise econômico-financeira para definir a taxa interna de retorno de cada um”, afirma. Após a conclusão desses estudos, a direção da Caramuru deverá aguardar a definição de seu conselho para, em seguida, buscar a construção da engenharia financeira mais adequada para colocar os projetos de pé.

Até o momento, estão aprovados investimentos no valor de R\$ 80,0 milhões para 2017, valor idêntico realizado em 2016 e igualmente previsto para 2018, envolvendo projetos de cogeração de energia a partir do vapor gerado no processamento de soja nas plantas de Itumbiara e Sorriso



■ **Logística mais barata:** processadora investe em saída pelo Arco Norte rumo ao mercado europeu

(MT), a instalação de uma linha de produção de farelo de soja Hipro (com alto teor de proteína), destinado ao mercado externo, em Ipameri, e a conclusão da unidade de biodiesel em Sorriso e de seu mais recente projeto logístico, que vai criar saída para sua produção a partir do chamado Arco Norte.

Apenas neste ano, a processadora investirá R\$ 50,0 milhões para colocar em operação, a partir de agosto, o Projeto Saída Norte, como o complexo logístico tem sido denominado internamente. O início da operação no prazo previsto dependerá apenas da conclusão dos processos de licenciamento na área ambiental. O projeto contempla a instalação de dois terminais na região, incluindo um de transbordo rodo-hidroviário em Itaituba (PA), com dois silos e capacidade para 14 mil toneladas, e um no Porto de Santana (AP), onde estão sendo instalados três silos com



■ **Alberto Borges:** sem a convalidação, economia estadual teria sofrido retrocesso de 20 ou 25 anos

capacidade total para 21 mil toneladas. A produção de proteína concentrada de soja da unidade de Sorriso, que tem capacidade para esmagar 1,2 mil toneladas de soja por dia, será integralmente escoada por meio do novo complexo logístico. Anualmente,



■ **Em execução:** empresa investirá em torno de R\$ 240 milhões entre 2016 e 2018, reforçando as linhas de farelo Hipro, biodiesel e cogeração

em torno de 250 mil toneladas deverão ser exportadas principalmente para criatórios de peixe na Europa.

Com esse investimento, a Caramuru espera substituir um modal que hoje é exclusivamente rodoviário ao longo dos 2,1 mil quilômetros entre Sorriso e o Porto de Santos por outro que vai combinar o uso de caminhões nos 1,1 mil quilômetros até Itaituba e de lá até Santana, num trajeto de 850 quilômetros a ser cumprido por balsas. A partir dali a carga será expedida por via marítima até os portos de destino, reduzindo o custo logístico da empresa.

Biodiesel e cogeração

“As novas linhas de farelo Hipro, em Ipameri, e de biodiesel em Sorriso vão agregar maior valor e competitividade ao nosso negócio”, comenta Alberto Borges. Em Mato Grosso, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Caramuru investe R\$ 25,0 milhões na instalação de sua terceira unidade de produção de biodiesel a partir

de óleos vegetais e gorduras animais. A nova planta terá capacidade para processar 95,7 milhões de litros por ano, gerando 45 empregos diretos e indiretos, com início de operação previsto para agosto deste ano.

Somadas, as três unidades da companhia, incluindo as duas já em operação em Goiás, a Caramuru passará a produzir 545 milhões de litros de biodiesel por ano, incorporando perto de mil produtores familiares que exploram área estimada em quase 35,8 mil hectares.

Com os investimentos em cogeração, retoma Borges, a empresa deverá alcançar sua autossuficiência na área de energia, passando a gerar o correspondente a todo o consumo de suas plantas. “A geração excedente nas unidades com cogeração será apropriada como crédito e compensará os débitos daquelas que continuarão comprando energia do sistema integrado”, detalha ele. Em Itumbiara, num projeto total de R\$ 28,0 milhões e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já com

outorga da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), serão gerados 8,5 megawatts/hora (MWh) a partir da queima de bagaço de cana e cavaco.

Em Sorriso, o sistema em fase de instalação utiliza vapor de alta pressão e temperatura produzido durante o processamento de proteína concentrada de soja para gerar 8,0 MWh, dos quais metade será exportada para a rede física do sistema elétrico nacional. O investimento total, igualmente financiado pelo BNDES, soma R\$ 23,0 milhões, deverá criar 25 empregos diretos e 40 indiretos na cadeia de fornecimento de biomassa, com receitas estimadas em R\$ 14,0 milhões, considerando toda a cogeração, e produzindo uma arrecadação de R\$ 2,3 milhões em impostos (34% sobre toda a energia). Para comparação, aqueles 8,0 MWh seriam suficientes para assegurar o suprimento de 35% do consumo da cidade de Sorriso ou toda a demanda de energia da zona rural do município. ■

Cobrança pela EFICIÊNCIA

■ **Rio Paranaíba em Itumbiara:** área de influência da bacia envolve 198 municípios em Goiás e no Distrito Federal, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul

Boletos começam a ser distribuídos em 2018 e os setores mais eficientes no uso de recursos hídricos e no tratamento de efluentes pagarão menos

A cobrança pelo uso das águas da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba já está em vigor e os usuários começarão a receber, a partir de 2018, os boletos para pagamento, segundo o consultor de recursos hídricos e meio ambiente Bento Godoy Neto, presidente do Comitê de Bacia do Paranaíba. “Os mecanismos de cobrança serão instalados de forma gradativa e aprimorados no médio e no longo prazo”, afirma ele.

Godoy participou, no final de junho, de reunião realizada pelo Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg (CTMA), na Casa da Indústria, para discutir os cenários para os recursos hídricos em Goiás e, especialmente, a cobrança pelo uso da água no Paranaíba. O rio percorre 1.160 quilômetros desde sua nascente até a foz, no Rio Grande, formando uma bacia com área de drenagem de 222,8 mil quilômetros quadrados, que engloba 198 municípios, dos quais 137 em Goiás. O Estado responde por 65% da área total da bacia.

O presidente do CTMA, Pedro Silvério Pereira, observou que a questão do licenciamento ambiental continua gerando dificuldades para o setor produtivo em todo o País, diante das incertezas no curso dos processos e das exigências da burocracia. Segundo ele, o conselho vai mapear os principais problemas enfrentados pelas empresas para negociar soluções mais adequadas.

Criado em 2002, o comitê do Paranaíba foi instalado

apenas em 2012 e a cobrança, definida em junho do ano passado, depois de dois anos de discussões. “Foi uma quebra de paradigma”, descreve Godoy. O prazo até a emissão de fato dos boletos, no próximo ano, foi definido para permitir que os usuários façam a adequação de outorgas, ajustando os volumes outorgados ao consumo efetivo, de forma a evitar erros no cálculo do valor a ser pago.

De acordo com Godoy, a cobrança será aplicada sobre os volumes de água outorgados ou sobre o consumo medido, caso o usuário disponha de sistemas de medição. No caso de efluentes, será considerada a carga orgânica total lançada nos cursos d’água que formam a bacia. De forma geral, a agricultura receberá desconto de 90% sobre os valores apurados, porcentual que pode chegar a



■ **Reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg:** Pedro Silvério Pereira (esq) levanta questão sobre licenciamento ambiental

93% no caso de sistemas de irrigação que utilizam reservatórios próprios. O comitê, retoma Godoy, terá prazo de dois anos para avaliar a eficiência daqueles sistemas em toda a bacia.

Ainda de acordo com o presidente do comitê do Paranaíba, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos premiará a eficiência, prevendo descontos para as empresas e usuários em geral que adotam políticas de reuso da água e sistemas de tratamento de efluentes mais efetivos, já que, quanto menor a carga orgânica lançada nos mananciais, menor a cobrança.

RECURSOS DEVEM SER APLICADOS NA PRÓPRIA BACIA

Um dos pontos centrais nesse debate, na visão da Confederação Nacional da Indústria (CNI), resume Percy Baptista Soares Neto, especialista de Políticas e Indústria da entidade, está precisamente na aplicação e no destino final dos recursos arrecadados com a cobrança, que já vigora há algum tempo nas bacias dos rios Paraíba do Sul, Piracicaba-Capivari-Jundiaí, o Rio Doce, São Francisco, todos sob o domínio da União.

“A cobrança, afirma Soares, não pode ser entendida como mais um imposto. O Brasil já tem carga tributária extremamente pesada e não comporta mais um imposto. A cobrança tem de ser contribuição de quem usa água de uma bacia para melhorar a condição daquela bacia. Os recursos têm de ser concentrados e aplicados na bacia.”

Por isso mesmo, continua ele, as receitas nessa área não podem ser usadas pelos governos estaduais para produzir superávits fiscais ou pagar outras contas. “Este é um ponto central”, insiste Soares. Ele considera “fundamental” que esse recurso não sofra qualquer forma de contingenciamento e que seja integralmente aplicado na própria bacia, em ações de recuperação e conservação. “E tão importante quanto, que seja aplicado de forma eficiente”, acrescenta.



■ **Bento de Godoy Neto:** prazo para que as empresas ajustem seus planos de outorga aos volumes efetivos de água consumidos

Em algumas bacias, aponta ele, os recursos não têm chegado a projetos e programas finais, mas há avanços em outras. Alguns comitês, como o da bacia dos rios Piracicaba-Capivari-Jundiaí, cita, estão “recuperando o déficit do passado.” No caso específico, o volume de recursos aplicados ali corresponde a 110% ou 120% dos valores arrecadados, “o que não significa dizer que já se tenha sanado os problemas acumulados no passado.” De qualquer forma, observa o especialista da CNI, “alguns comitês já compreenderam a lógica, entenderam como fazer e estão tornando mais célere a aplicação dos recursos, o que é bom para todo mundo que depende dessa bacia para provimento de água.”

Os comitês dispõem de um mecanismo que suspende a cobrança nos casos em que os recursos não chegam a ser devidamente aplicados nas respectivas bacias. Mas isso não tem sido utilizado. “Acho que nunca chegamos a uma situação extrema de suspender a cobrança porque o recurso não é aplicado”, anota Soares. No caso do Paranaíba, comenta Bento de Godoy Neto, a cobrança não será realizada caso não haja previsão de aplicação dos recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos Estados e do Distrito Federal.

Para Soares, a paralisação da cobrança



■ **Percy Soares Neto, da CNI:** “A cobrança (pelo uso da água) não pode ser entendida como mais um imposto”

quase nunca é a decisão mais adequada, já que os comitês dispõem de estrutura administrativa para gestão das águas “que precisa funcionar”. Em muitos casos, os problemas são de ordem burocrática. “Temos de avançar, negociar e construir juntos uma solução. Não existem culpados. O Estado é grande, o Estado é pesado, o Estado é burocrático e a gente precisa ir aprendendo a superar isso. Por quê? Porque o ruim para todo mundo é não ter água”, pondera Soares. ■



“Nosso grande desafio será estimular a criação de uma cultura de gestão voltada para resultados dentro das empresas.”

JAIME CANEDO, presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Fieg (Compem)

Mais espaço para pequenos negócios

Conselho temático da Fieg e fórum estadual passam a trabalhar em conjunto para debater e criar políticas de apoio ao setor em Goiás

O Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Fieg (Compem), presidido pelo empresário Jaime Canedo, e o Fórum Estadual da Micro e Pequena Empresa (Femep) decidiram somar forças e articular em conjunto uma série de ações e políticas para fortalecer o segmento no Estado, numa estratégia construída inicialmente por inspiração da federação. Anteriormente, os dois lados vinham realizando trabalhos isolados, lembra Canedo, e a junção de esforços deverá produzir resultados mais amplos e efetivos.

Neste ano, já por iniciativa do Compem e do Femep, foram criados cinco comitês temáticos que já vêm atuando, por meio de grupos técnicos, nas áreas de compras públicas, desenvolvimento e acesso a tecnologias e à inovação, racionalização legal e burocrática, fiscalização

e licenciamento e iniciação empreendedora. Entre outros avanços, Canedo destaca a consolidação do Estatuto da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, instituído por lei em dezembro de 2015, num projeto proposto originalmente pelo deputado estadual Virmondes Cruvinel (PPS).

“Esperávamos um pouco mais, especialmente no caso das compras governamentais. Mas, neste caso, conseguimos pelo menos que fossem fixados prazos para o pagamento a empresas de menor porte por obras, produtos e serviços prestados ao Estado”, aponta Canedo. Em caso de atraso na liberação dos recursos, a Secretaria da Fazenda está autorizada, com base no estatuto, a emitir títulos ou notas de crédito que poderão ser utilizados pelas empresas como lastro para a contratação de empréstimos e financiamentos no sistema financeiro.

Em outra frente, Canedo relaciona o trabalho realizado juntamente com o Sindicato do Comércio Varejista no Estado de Goiás (Sindilojas) para estimular a formalização voluntária de micro e pequenas empresas no âmbito do

Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC), já em fase final de desenvolvimento. A proposta é que os negócios de menor porte possam reter parte ou todo o imposto apurado, desde que o valor seja integralmente em gestão e qualificação de mão de obra. “Nosso grande desafio será estimular a criação de uma cultura de gestão voltada para resultados dentro das empresas”, resume o empresário.

O que é o Femep

Criado em junho de 2015, pelo governo do Estado, o Femep reúne também representantes da iniciativa privada e se propõe a discutir e definir políticas públicas para fortalecer as pequenas e microempresas, incentivando iniciativas empreendedoras e o desenvolvimento de ambiente favorável ao diálogo entre governo e setor produtivo. O fórum estadual está conectado a outros 26 fóruns instalados nos demais Estados e no Distrito Federal, vinculados ao Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FP), presidido e coordenado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR).

DE COMPRAS PÚBLICAS À INOVAÇÃO

Os comitês temáticos criados pelo Compem e Femep já realizaram dois encontros neste ano, quando começaram a delinear as ações que serão desenvolvidas daqui para frente. Na área de compras governamentais, por exemplo, serão buscadas fórmulas para assegurar o pagamento às micro e pequenas empresas, como forma de reduzir o risco financeiro do negócio e reforçar o fluxo de caixa, prevendo-se ainda programas de treinamento e capacitação permanente das empresas para que consigam ter acesso às compras do setor público.

O comitê temático de tecnologia e inovação buscará parcerias com universidades, institutos de pesquisas, laboratórios

Miguel Ângelo/CNI



■ **Amaro Sales e João Henrique Marques da Cruz:** cooperação para facilitar acesso de micro e pequenas empresas ao crédito

e Agência Estadual de Fomento visando ao desenvolvimento e à transferência de conhecimento para que as empresas de menor porte possam buscar a inovação de processos e de produtos. A pretendida disseminação de uma cultura de inovação envolverá a capacitação das empresas para elaboração de planos e projetos de inovação estruturados, ampliando sua participação em editais de fomento. Será realizado inicialmente um diagnóstico do perfil das empresas nas áreas de gestão empresarial e gestão para inovação, com levantamento daquelas com potencial inovador.

Na área de racionalização e desburocratização, a proposta, retoma Jaime Canedo, é simplificar a relação entre empresas e órgãos públicos, além de preparar os empresários para “conhecer e entender o emaranhado de leis, normas e outros dispositivos legais.” A simplificação de procedimentos permitirá que as empresas mantenham foco em seu negócio. “Hoje apenas a apuração de impostos representa entre 8% a 12% dos custos das empresas”, estima.

Empréstimos mais baratos

Como presidente do Compem/Fieg, Jaime Canedo participou, na primeira

semana de junho, em Brasília, do 4º Seminário Pense nas Pequenas Primeiro, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante o evento, a entidade firmou convênio de cooperação com a Caixa Econômica Federal para ampliar o acesso ao crédito e aumentar a competitividade das micro, pequenas e médias empresas industriais. O acordo foi formalizado pelo presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da CNI, Amaro Sales, e pelo vice-presidente de Clientes, Negócios e Digital da Caixa, José Henrique Marques da Cruz.

Em Goiás, o Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC), em processo de instalação pela Fieg, com envolvimento do Compem, será responsável pela seleção e indicação das empresas à Caixa. “Vamos orientar os empresários sobre como ter acesso a crédito mais barato e quais condições precisarão ser atendidas. O pequeno empresário enfrenta dificuldade especialmente em relação a documentação e certidões e terá suporte nessa área também”, adianta Canedo. ■



■ Planta atual da Kraft Heinz em Nerópolis (GO), onde são produzidos cerca de 23 mil toneladas por mês de condimentos; nova fábrica aumenta produção em quase 50%

Kraft Heinz condimenta produção em Goiás

Indústria de ketchup, maionese e mostarda vai construir nova fábrica em Nerópolis e expandir planta atual no município e prevê gerar 500 empregos, além de outros 600 postos durante obra

Dehovan Lima

No primeiro empreendimento mundial anunciado desde a fusão das duas companhias, em 2015, a gigante de alimentos e bebidas Kraft Heinz – 5ª maior do mundo no ramo – assinou, dia 30 de maio, protocolo de intenções com o governo de Goiás para a construção de uma nova fábrica em Nerópolis (GO) e expansão da atual planta no município, na Região Metropolitana de Goiânia. O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, participou da solenidade, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, com presença dos presidentes

da Kraft Heinz Brasil, Pedro Drevon, e da América Latina, Francisco de Sá Neto, do governador Marconi Perillo e do prefeito de Nerópolis, Gil Tavares.

Ao todo, o investimento é estimado em R\$ 480 milhões, com previsão de geração de 500 empregos e outros 600 postos de trabalho durante a construção. A expectativa de funcionamento da nova fábrica é para abril de 2018. Entre ketchup, maionese e mostarda em diferentes embalagens, a produção deverá ser de 15 mil toneladas, o que elevará em quase 50% a capacidade da planta atual.



Geni Photos - Serviços Fotográficos



Wagnas Cabral

■ **Assinatura de protocolo:** executivos da Kraft Heinz Francisco de Sá Neto e Pedro Drevon (centro) anunciam planos da companhia, observados pelo governador Marconi Perillo, prefeito de Nerópolis, Gil Tavares, Pedro Alves e Otávio Lage de Siqueira Filho (Fieg)

Hoje, a unidade da Heinz em Nerópolis conta com cerca de 1,5 mil funcionários e produz aproximadamente 23 mil toneladas por mês de condimentos.

De acordo com os executivos da companhia, a nova fábrica será referência mundial em tecnologia de processos, com laboratórios de última geração, sistemas inteligentes de tratamento de água e resíduos sólidos, baixa emissão de poluentes, além de 100% adaptável ao uso de energia renovável.

“Reafirmamos nossos planos de longo prazo no Brasil e nosso compromisso de

oferecer os melhores produtos a nossos clientes e consumidores”, disse Pedro Drevon. “Essa fábrica será um modelo a ser seguido pelas outras unidades da Kraft Heinz no mundo em todos os quesitos. O aumento significativo de quase metade da atual capacidade de produção instalada da Heinz Brasil oferecerá a robustez necessária para o atendimento de futuras demandas de consumo”, completou.

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SED), o governo de Goiás, em contrapartida, vai conceder à indústria financiamento por meio de recursos públicos do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (Produzir), destinado a fomentar e incentivar a atividade industrial.

“O governo de Goiás tem promovido diversas ações com foco na geração de emprego e renda para nossa população. É preciso ressaltar a política de incentivo praticada pelo governador Marconi Perillo, que apesar da crise, continua atraindo grandes empresas para nosso Estado”, destacou o secretário Francisco Pontes.

Portfólio

Quinta maior empresa de alimentos e bebidas do mundo, a Kraft Heinz Company é detentora de um portfólio de marcas icônicas, líderes de vendas em 50 países e encontrados em outros 200. Além de ketchup, maionese e mostarda, os principais produtos da companhia são molhos e nutrição infantil. ■



Indústria de alimentos em novo patamar



Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, na Vila Canaã: serviços de alto valor agregado

Da metrologia a consultoria técnica especializada, Instituto Senai expande atendimento, ao oferecer ampla gama de serviços em tecnologia e inovação em nova estrutura

Andelaide Lima

Fotos: Alex Malheiros

Referência em formação profissional e assessoria técnica e tecnológica para a indústria de alimentos, o Senai potencializa sua atuação na área e dá um salto ao instalar nova estrutura para oferecer ampla e diversificada gama de serviços de grande valor agregado, voltados para promover a produtividade e competitividade do setor produtivo.

Já em funcionamento desde o ano passado, o Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Alimentos e Bebidas, na Escola Vila Canaã, é o segundo complexo em Goiânia, integrado a uma rede nacional – o outro, de Automação Industrial, foi instalado na Faculdade Senai Ítalo Bologna, no Setor Centro-Oeste. Os serviços oferecidos na nova estrutura, em área de 3 mil metros quadrados, são metrologia, que abrange a realização de ensaios físico-químicos,

microbiológicos e espectroscópicos, além de assessoria e consultoria técnica especializada e inovação de produto e processo, principais gargalos apontados por indústrias do segmento para competitividade no mercado global.

A iniciativa integra programa de modernização (*veja box*) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destinado a consolidar a instituição como provedora de soluções tecnológicas para atender à demanda das empresas. “O plano de negócios para estruturação das ações desenvolvidas pelo instituto foi elaborado com base em dados e pesquisas realizadas junto a especialistas e indústrias. O objetivo é oferecer produtos e serviços de acordo com a realidade do mercado e ser um parceiro estratégico para as indústrias”, destaca a gerente do Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, Christiane Starling.



■ **Laboratórios modernos**, ensaios e testes para a indústria



■ **Grace Santos, da Tapajós Produtos Naturais:** em plena crise, empresa aumentou produtividade em quase 70% com consultoria do Senai

RETOMADA DO CRESCIMENTO NA CRISE

Com inauguração oficial prevista para agosto, o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas já presta vários serviços de consultoria técnica e de pesquisa aplicada em projetos de inovação. No ano passado, 229 empresas de diversos segmentos foram atendidas por meio de parcerias.

Em uma delas, a Tapajós Indústria e Comércio de Produtos Naturais, o IST ajudou na reestruturação do negócio e na retomada do crescimento em plena crise econômica. Atendida pelo programa Brasil Mais Produtivo, executado em Goiás pelo Senai, a empresa conseguiu aumentar em 69% sua produtividade, com a reorganização do fluxo no processo de envase de xarope de guaraná, seu carro-chefe.

“Fiquei impressionada com os resultados alcançados, superou minhas expectativas. A consultoria ajudou a consolidar o processo de reestruturação da empresa, iniciado em 2016. O Senai trouxe uma visão especializada, com sugestões de melhorias e trabalho realizado em equipe com os funcionários. Tudo isso contribuiu para o sucesso do projeto”, comemora Grace Santos, proprietária da Tapajós.

Com as mudanças implementadas,



■ **Helen Leite, da Fast Açaí:** parceria com Senai rendeu bons frutos para produtividade

a empresa, que processava 4 toneladas diárias de xarope de guaraná, passou a produzir 9 toneladas. Animada com o crescimento, a empresária busca agora nova parceria com o Senai para desenvolvimento de outro produto, por meio do Edital de Inovação para a Indústria, que prevê financiamento para pesquisas de produtos e processos industriais. “Em meio à crise, o empresário tem de reinventar seu negócio, apostar em inovação,

estar antenado com as novas demandas do mercado e buscar consultoria especializada para ajudar a solucionar os problemas”, ensina. Mais informações pelo site www.editaldeinovacao.com.br.

CONSULTORIA RENDE BONS FRUTOS PARA FAST AÇAÍ

Ainda no âmbito do programa Brasil Mais Produtivo, a Fast Açaí, rede de fran-

quias voltada para alimentação saudável, obteve 90% em ganho de produtividade e qualidade, com a elaboração de um mapeamento de fluxo no setor de montagem e embalagem de sanduíche *wrap*, que indicou os pontos de melhoria no processo de produção.

Com a implantação da ferramenta de fluxo contínuo, a empresa conseguiu otimizar a produção e reduzir em 71% o tempo total do processo. “Esse ganho possibilitou que a expedição, antes um gargalo da produção, tivesse mais tempo disponível para etiquetar e separar os *wraps* para transporte no horário. A parceria com o Senai rendeu bons frutos para a produtividade da empresa, além de ser de baixo custo e atendimento com profissionais capacitados”, avalia a engenheira de alimentos Helen Leite, responsável técnica da área de qualidade e P&D da Fast Açai.

CONSTRUÇÃO E MEIO AMBIENTE

O Instituto de Tecnologia em Alimentos e Bebidas vai além do nome e atende também ao segmento da construção civil e à área de meio ambiente, igualmente do âmbito de atuação da Escola Senai Vila Canaã. A indústria da construção já conta com complexo exclusivo, que abriga todas as atividades desenvolvidas, incluindo a formação de mão de obra especializada. Em funcionamento desde 2010, Núcleo de Meio Ambiente e Higiene Industrial passa a integrar a estrutura do instituto e oferecerá serviços como consultorias, serviços técnicos especializados, pesquisa, desenvolvimento e inovação em produtos.

Também faz parte da nova unidade o núcleo especializado em NR-12, Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho voltada para garantir a saúde e integridade física dos trabalhadores em atividades com uso de máquinas e equipamentos.

“Temos uma infraestrutura apro-

priada para prestação de assessoria técnica, com amplos e modernos laboratórios, nos quais vamos poder realizar diversas análises. As indústrias não vão mais precisar buscar serviços de metrologia fora do Estado. Além disso, temos uma planta industrial no instituto onde as empresas poderão desenvolver novos produtos, fazer testes e modificações em formulações, entre outros processos. Nossas expectativas são as melhores possíveis, o instituto vai fazer a diferença no mercado”, acredita Christiane Starling.



■ **Christiane Starling, gerente do IST em Alimentos e Bebidas:** parceria estratégica com indústrias

MODERNIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Com investimento superior a R\$ 26 milhões, dos quais R\$ 18,3 milhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Senai concluiu a implantação em Goiás dos institutos de tecnologia em Automação e em Alimentos, ambos em Goiânia. A iniciativa faz parte do Programa Senai de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Senai Nacional, que visa ampliar a oferta de serviços técnicos e tecnológicos especializados, com produtos de maior complexidade e valor agregado, voltados para promover a produtividade e competitividade do setor produtivo.

As novas unidades integram uma rede nacional formada por 25 centros de pesquisa e desenvolvimento, destinada a oferecer às empresas serviços técnicos e tecnológicos estruturados e abrangentes, que incluem metrologia, ensaios e testes laboratoriais para atestar ou elevar a qualidade dos produtos brasileiros.

Indústria 4.0

Um dos focos de atuação dos institutos é desenvolver soluções para inserir o setor produtivo na quarta revolução industrial – a chamada indústria 4.0, cujos processos são permeados por tecnologias digitais, automação e troca de dados que impulsionam e ampliam a produtividade. Especialista no assunto, o diretor regional do Senai de Santa Catarina, Jefferson de Oliveira Gomes, falou em Goiânia sobre a produção de alimentos na era da indústria 4.0, durante workshop de pré-lançamento do IST Alimentos e Bebidas, em maio. “A revolução industrial fez a humanidade progredir, o uso das novas tecnologias está ajudando a resolver problemas globais, como mobilidade, saúde, energia e meio ambiente, que vão melhorar a qualidade de vida.” ■



■ **Jefferson de Oliveira, em palestra no novo instituto:** “Novas tecnologias ajudam a resolver problemas globais”

Mini-ETE ajuda Toctao a ganhar novo prêmio

Concedida pela CNI e pelo Sebrae, premiação é resultado do investimento em tecnologia e sustentabilidade feito pelo grupo goiano, em especial a miniestação desenvolvida em parceria com o Senai Goiás

Dehovan Lima + Kasane 360°

Fotos: Alex Malheiros e Lidiane Monteiro



■ **INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:** Técnicos do Senai Goiás Júlio César Barbosa Mota e Lucas José dos Santos, da equipe que desenvolveu a Mini-ETE, em parceria com a Toctao Engenharia

Com portfólio de obras privadas de diferentes portes e segmentos, a Toctao Engenharia venceu o 5º Prêmio Nacional de Inovação, entregue dia 26 de junho, em São Paulo, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A empresa goiana foi uma das 34 selecionadas para a avaliação final, de um total de cerca de 4 mil inscritas, e uma das duas finalistas na categoria de processos e modalidade de médias empresas, na qual concorria. A iniciativa destinou às empresas ganhadoras um total de R\$ 900 mil pré-aprovados no Edital de Inovação para a Indústria.

A premiação, segundo o diretor do Grupo Toctao, Geraldo Magela da Silva, é resultante de investimentos em tecnologia e sustentabilidade, em especial no desenvolvimento, em parceria com o Senai Goiás, de uma miniestação de tratamento de efluentes, capaz de reduzir o consumo de água potável nas obras em até 80%.

“A Mini-ETE foi uma das principais inovações da Toctao no último ano e representa uma ruptura dos padrões tecnológicos do mercado”, afirma Geraldo Magela. A construtora teve também consultoria do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) na



■ **Diretores da Toctao, da Fieg, do Senai e IEL Goiás,** durante a entrega do Prêmio Nacional de Inovação, em São Paulo

implantação e aperfeiçoamento de seus processos.

Durante a apresentação da empresa ganhadora, foram destacados os resultados expressivos obtidos pela Toctao por meio de inovações em processos, entre os quais a utilização customizada da ferramenta BIM, que controla os serviços executados e monitora tudo o que ocorre nas obras em tempo real. Em termos de operação, a empresa implementou um novo processo para

aplicação de argamassa de revestimento, proporcionando maior produtividade e qualidade com redução de perdas e geração de resíduos.

Já a miniestação de tratamento de efluentes havia conquistado anteriormente premiações importantes, como o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade 2016, o Prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente 2016 e o Troféu Construir Mais 2016 – Prêmio Sinduscon-GO de Boas Práticas. ■



■ **Bombeiro aposentado Wesley Mendes**, um dos inspiradores do projeto do andador motorizado, fala a participantes de reunião de diretoria da Fieg, na Casa da Indústria

Um curso técnico e um projeto inspirador

Em trabalho de conclusão de curso, alunos de mecânica automotiva do Senai desenvolvem um andador vertical automatizado para pessoas com deficiência, com custo de 10% do valor de equipamentos similares existentes no mercado

Dehovan Lima e Andelaide Lima

Fotos: Alex Malheiros

O desafio do desenvolvimento tecnológico e a oportunidade de ato de solidariedade mobilizaram participantes do curso técnico em mecânica, turma 2014/17, da Faculdade Senai Ítalo Bologna, em Goiânia, na realização do trabalho de conclusão da habilitação.

Durante seis meses do TCC, os 14 alunos compartilharam histórias de superação e muitas coincidências. Sensibilizados com o drama do bombeiro Wesley Mendes

(irmão do aluno Simoney Pires do Nascimento), que ficou paraplégico após sofrer acidente durante uma trilha de bike, em que caiu na rodovia, foi atropelado e sofreu lesão na coluna, os colegas toparam a ideia de desenvolver um projeto integrador: construir um andador vertical automatizado, de baixo custo, para locomoção de pessoas com deficiências físicas.

Como em toda história de superação, a simples



■ **Protagonistas da história:** os cadeirantes Wesley Mendes e Gustavo Borges, com Simoney Pires do Nascimento, instrutor Kassio Ribeiro de Oliveira, diretora da Faculdade Senai, Misclay Marjorie, e Josivan Pinheiro

realização de um TCC mudou a vida dos participantes pelos rumos que tomaria. Quarenta dias antes de sofrer o acidente que o levaria a uma aposentadoria especial, o bombeiro Wesley Mendes havia feito o resgate – algo comum em sua atividade – do protético Gustavo Borges, que igualmente se acidentou fazendo uma trilha de bicicleta e de quem se tornaria amigo e inspirador da iniciativa.

Com tantos ingredientes inusitados, a proposta incluía não apenas a possibilidade de proporcionar ao beneficiário final, o próprio Wesley, qualidade de vida, por meio de acessibilidade e a realização de atividades rotineiras com mais facilidade e segurança, mas também de projetar um equipamento de valor inferior aos similares existentes no mercado, que custam em média R\$ 18 mil. E eles conseguiram: batizado de Work Up, o andador vertical,



■ **Andador vertical Work Up** possibilita a usuário ficar em posição ereta e locomover-se com facilidade e segurança

doado ao bombeiro, saiu por R\$ 1,9 mil, ou pouco mais de 10% na comparação com o aparelho que ele não teve condições de adquirir.

Para realizar a façanha, o grupo de alunos contou com peças baratas e resistentes. Eles usaram, por exemplo, um motor de abrir o vidro do carro para fazer o andador se movimentar, joelheiras ortopédicas para o apoio de pernas e o encosto de uma cadeira para segurar as costas. “Apesar de serem materiais baratos, são de boa qualidade”, explicou o professor Marcos Messias da Cruz.

De posse do equipamento, o bombeiro exalta o presente. “Vai me ajudar muito em casa, nas atividades domésticas, ajudando minha esposa, fazendo alguma coisa para os meninos, vai ser muito bom para a minha vida, gostei demais do presente.” ■



■ **Pra galeria:** alunos e docentes do Sesi Canaã exibem troféus conquistados em um dos principais torneios mundiais de robótica, nos EUA

De homens, bichos e robôs

Alunos do Sesi e Senai de Goiás brilham em torneios mundiais em desafio de construir robôs com peças de Lego para resolver problemas reais da convivência entre homens e animais. Grupo será homenageado na Câmara de Goiânia

Dehovan Lima

Integrantes de um dos quatro times goianos que participaram, entre maio e julho, de competições internacionais de robótica, dez alunos do ensino fundamental do Sesi Canaã, em Goiânia, subiram ao pódio de um dos mais importantes torneios, o First Lego League Mountain State Invitational, realizado na faculdade da Nasa, em Fairmont, na Virgínia, nos Estados Unidos.

Autores do projeto Sentinelas, que inclui um aplicativo para smartphone destinado a monitorar casos de febre amarela em macacos e um robô que desempenha, sozinho, 16 funções em menos de três minutos, os garotos, com média de idade de 13 anos, terminaram a competição em segundo lugar geral no desafio de construir e programar robôs com peças de Lego e soluções para melhorar convivência entre homens e animais – tema da temporada do First Lego League, aberto a crianças e adolescentes de 9 a 16 anos.



Antônio Silva

“O Sesi Canaã colocou Goiânia no universo dos gigantes da robótica. Uma conquista histórica, que é motivo de muito orgulho para todos nós e serve de exemplo para as novas gerações.”

LUCAS KITÃO, vereador, autor de proposta para homenagem na Câmara de Goiânia

Ao todo, foram 40 equipes de competidores dos Estados Unidos, do México, Canadá, Uruguai e Brasil. Além do 2º lugar geral (champions awards), a equipe Robots Sesi Canaã, foi a que mais obteve premiações, conquistando ainda o 1º lugar nas finais de mesa, e 3º na pontuação do robô na mesa.

O aplicativo Sentinelas foi criado pelos estudantes em agosto do ano passado e já é utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. A ferramenta é gratuita e está disponível na loja de aplicativos de aparelhos com sistema Android. A interface do app é dividida em três partes, uma para conscientização sobre a doença, com todas as informações a respeito do vírus, uma com a notificação, para envio das fotos, e outra sobre como prevenir a febre amarela.

HOMENAGEM NA CÂMARA

A conquista será alvo de homenagem na Câmara de Goiânia, com concessão de Diploma de Honra ao Mérito aos vencedores, em sessão solene proposta pelo vereador Lucas Kitão, em data a ser definida. “O Sesi Canaã colocou Goiânia no universo dos gigantes da robótica. Uma conquista histórica, que é motivo de muito orgulho para todos nós, cidadãos brasileiros, e serve de exemplo para as novas gerações quanto à importância do investimento em educação, ciência e tecnologia”, justifica o vereador. “Uma justa e merecida homenagem do Legislativo goianiense, ao reconhecer a conquista dos alunos goianos”, destaca o vice-presidente da Fieg, Antônio Almeida.

Na mesma competição, outro grupo, formado por estudantes de ensino médio Ebep (Educação Básica e Educação Profissional), do Sesi e Senai Canaã, ficou em 1º lugar na categoria Apresentação de Pesquisa. Integrantes da equipe Gametech, eles desenvolveram em sala de aula o projeto Bolmoringa, que busca salvar peixes do fenômeno da eutrofização (enriquecimento de nutrientes nos ambientes aquáticos) por

meio de uma bolsa preenchida com extrato da semente da Moringa oleífera, substância natural capaz de reduzir a matéria orgânica na superfície da água. O conteúdo impede a proliferação de algas e, consequentemente, a fotossíntese nos fundos dos lagos.

“Os garotos do Sesi e Senai mostraram o diferencial da educação oferecida pelas instituições do Sistema Fieg, um alento em meio a tantas dificuldades vividas ultimamente pelos brasileiros, decorrentes, sobretudo, da persistente crise político-econômica que faz o País sangrar, perdendo empregos, renda, fechando empresas, afetando a confiança e até mesmo a esperança”, afirma o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira.

VITÓRIA TAMBÉM NO REINO UNIDO E NA CALIFÓRNIA

Os garotos do Sesi e Senai haviam garantido passaporte para as competições internacionais ao vencer o Torneio Nacional de Robótica, em Brasília, no início do ano. O time Meq Lego, do Sesi e do Senai de Catalão (GO), já havia conquistado, em junho, ouro na categoria Projeto de

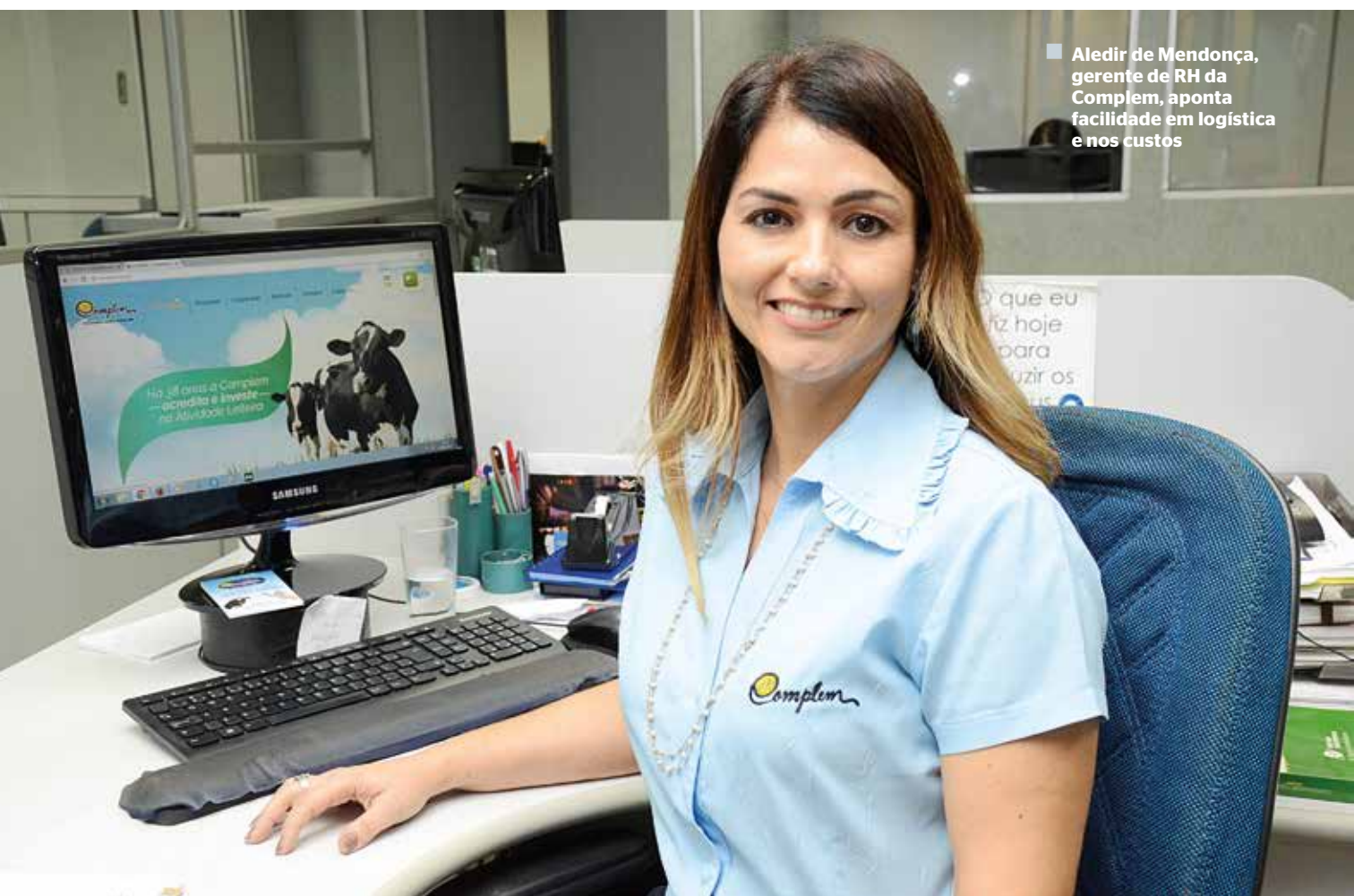
Pesquisa, no Aberto Internacional de Robótica, torneio que reuniu 100 equipes de 36 países em Bath, na Inglaterra. Os alunos criaram uma formulação de shampoo, condicionador e sabonetes (esfoliantes e sólidos) na qual será substituída a ação do Triclosan pelas propriedades da Moringa oleífera e da Andiroba. A substância, além de apresentar nutrientes e vitaminas para humanos e animais, purifica a água.

Outro projeto goiano classificado no torneio nacional, Smart Fance (cerca inteligente), da equipe Lego da Justiça, do Sesi Planalto, em Goiânia, havia se destacado no Aberto da América do Norte, disputado em maio na Califórnia, nos Estados Unidos, competindo com 80 equipes de países como Japão, Coreia, Estados Unidos, México, Canadá, Espanha e Porto Rico. O time ficou em 2º lugar na categoria Core Values (valores fundamentais) com o projeto, um acoplamento que pode ser colocado em cercas de fazendas às margens de rodovias. A ferramenta possibilita o envio, por meio de aplicativo, de informação sobre ocorrência de possível acidente quando um animal exercer força maior do que 400 kg sobre a cerca. ■



■ Na Nasa: equipe Robots Sesi Canaã vence desafio na Fairmont State University e já se prepara para outras competições

■ Aledir de Mendonça, gerente de RH da Complem, aponta facilidade em logística e nos custos



Clima organizacional na tela do computador

Com diagnóstico on-line oferecido pelo Sesi, indústria consegue economia de tempo e de dinheiro na busca de levantar indicadores capazes de influenciar a produtividade

Daniela Ribeiro

Fotos: Alex Malheiros

Com complexo industrial de laticínios e de leite longa-vida, fábricas de sal e de rações e unidades espalhadas em 14 cidades de Goiás, a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (Complem) estreou o novo serviço de diagnóstico de clima organizacional on-line do Sesi Goiás. A novidade permite que os funcionários, por meio de computador, respondam a questionários específicos em seu próprio posto de trabalho

em qualquer horário, sem precisar parar a produção para a aplicação da pesquisa.

A ferramenta é capaz de mensurar indicadores (*veja box*) visando a um bom ambiente corporativo, o que favorece companhia e funcionários, ao aumentar os índices de produtividade, de engajamento dos colaboradores, diminuir o absenteísmo e melhorar a qualidade de produtos ou serviços entregues aos clientes.



■ **Diego Matias:** apenas três minutos para responder ao questionário on-line

Por meio do levantamento, é possível subsidiar o planejamento estratégico, melhorar o relacionamento da empresa com o público interno, conhecer o nível de satisfação e credibilidade interna em relação a políticas e práticas e identificar oportunidades de melhoria para a gestão empresarial.

CUSTOS DA PESQUISA CAEM PELA METADE

Ao implantar a medida em 13 de suas 19 unidades em Goiás e em Brasília, três anos depois do último levantamento, a Complem conseguiu reduzir pela metade os custos da atividade. Na indústria, cerca de 750 funcionários irão participar da pesquisa nas cidades de Morrinhos – sede do complexo industrial da Complem –, Rio Quente, Pontalina, Aloândia, Itumbiara, Indiara, Edealina, Edéia, Caldas Novas, Buriti Alegre, Brasília, Aparecida de Goiânia, Água Limpa e Corumbáiba.

Gerente de Recursos Humanos da

Complem, Aledir de Mendonça observa que o diagnóstico de clima organizacional via on-line facilita tanto por uma questão logística quanto de custos. “Aplicada dessa forma, a atividade não precisa de um representante de recursos humanos acom-

panhando em todas as unidades”, explica.

O gerente comercial e administrativo da unidade Complem de Aparecida de Goiânia, Diego Matias, gastou apenas três minutos para responder ao questionário. “Na última vez em que participamos, era ►

Benefícios do Diagnóstico de Clima Organizacional para a empresa

- ▶ Alinhar expectativas dos empregados às estratégias de negócio da empresa
- ▶ Identificar práticas socialmente responsáveis na relação empresa-público interno
- ▶ Melhoria nos processos e áreas funcionais
- ▶ Contribuir para a melhoria da produtividade
- ▶ Criar um ambiente propício a inovação
- ▶ Mensurar o nível de satisfação dos empregados e a credibilidade interna da gestão

SERVIÇO

Para levar o diagnóstico para sua empresa, procure o Sesi pelo telefone (62) 3219-1314



preciso tirar todo mundo de suas atividades, reunir em uma sala e esperar alguém para acompanhar a aplicação. Agora, cada uma faz em seu tempo e em sua mesa de trabalho.”



Nilton Faleiro: “Com o resultado em mãos, a empresa pode tomar decisões com o foco no problema apontado no levantamento”

Quanto aos resultados, retoma Aledir, a cooperativa já tinha conhecimento de muita coisa mostrada na pesquisa, mas não havia como mensurar. “Eu posso falar, mas ganha outro peso ter números para apresentar. Com o levantamento, podemos fazer um planejamento estratégico e temos uma espécie de termômetro com o público externo, pois muito de nossos funcionários são ligados aos cooperados.”

Via de mão dupla – Se a indústria ganhou tempo e diminuiu custos com a realização do diagnóstico on-line, também o Sesi conseguiu economizar cerca de 50% na prestação do serviço, pois reduziu gastos com impressão de questionários, transporte, hospedagem e horas técnicas do consultor. Para o diretor técnico do Sesi, Nilton Faleiro, a nova ferramenta gera facilidade sem comprometer qualidade. “A pesquisa foi desenvolvida em cima da assertividade de 100%. Com o resultado em mãos, a empresa pode tomar decisões com o foco no problema apontado no levantamento”, ressalta.

A HISTÓRIA DA COMPLEM

A Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (Complem) foi fundada em 1978 por um grupo de 200 produtores de leite. A história da então Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo começou em 1975, época em que a atividade leiteira crescia na região de Morrinhos, no Sul de Goiás, e um grupo de produtores de leite se uniu para eliminar as dificuldades de comercialização da matéria-prima.

Hoje, cerca de 70% do leite captado pela Complem é industrializado em sua fábrica de laticínios, que faz parte do seu complexo industrial, localizado no Distrito Agroindustrial de Morrinhos (Daimo) e o restante, vendido a terceiros como leite resfriado (*spot*). O produto que marca sua entrada na industrialização de leite e derivados é o leite pasteurizado em embalagem sachê (saquinho plástico), com a marca Compleite, em abril de 1990.

Fonte: Complem ■



■ **Complexo industrial da Complem em Morrinhos, onde é processado 70% do leite captado**



■ “O diferencial dos cursos do IEL é a formatação de acordo com as particularidades da área e dos interesses da empresa.”
Eduardo Moraes Rezende,
gerente da Saneago

Empresas apostam nos treinamentos sob medida

Na modalidade de cursos in company equipes são capacitadas para aumentar performance e obter melhores resultados. IEL registra aumento na demanda

Célia Oliveira
Fotos Alex Malheiros

Contar com profissionais preparados, envolvidos e comprometidos é objeto de desejo de empresas que acreditam e investem no capital humano como meio para alcançar resultados e mais competitividade.

Propiciar o conhecimento com cursos, palestras, treinamentos e atualizações é alternativa para líderes que almejam valor agregado no desempenho do corpo de colaboradores e fazer isso em um ambiente mais propício alavanca competências que podem ser facilmente incorpo-

radas no local de trabalho. É aí que entra o treinamento in company, modalidade em que os cursos são ministrados dentro da própria empresa contratante, conforme suas necessidades específicas, com conteúdo personalizado para atingir os objetivos e com um cronograma flexível, podendo atender os colaboradores dentro de seus horários de trabalho.

A modalidade in company vem crescendo, oferecendo benefícios para os negócios e para o clima da ►

empresa. “É um cenário que confirma forte tendência das organizações em internalizar a capacitação da equipe,” aponta Leandra Monteiro, coordenadora de Educação Empresarial do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), que registrou aumento em torno de 45% no número de turmas realizadas entre 2014 e 2016 (veja quadro). Entre os programas mais procurados no IEL Goiás, estão gestão de processos, de projetos, gestão da qualidade, ambiental e laboratorial.

CAPACITAÇÃO ELEVADA

Diante de competitividade cada vez maior, as empresas necessitam de especialistas e profissionais mais bem gabaritados para sobreviver, sobretudo aquelas que querem desenvolver equipes de diferentes áreas para ter bons tomadores de decisões ou bons gestores de projetos e negócios, as quais apostam em capacitação técnica mais elevada. “Os cursos crescem expressivamente, pois atendem às especificidades das empresas e de suas equipes,” observa Leandra.

A capacitação mais elevada, além de ter conteúdo dirigido, atendimento interno e customização, é norteada por diagnóstico da própria empresa, no qual constata lacunas de competência do quadro de colaboradores. “Quando uma empresa busca por essa modalidade de curso, ela quer sensibilizar a equipe em relação a um tema ou quer treinamento personalizado”, explicita a coordenadora.

Na Companhia Saneamento de Goiás S.A (Saneago), a filosofia de realizar treinamento in company baseia-se na possibilidade de preparar os colaboradores para uma gestão controlada e monitorada, diante da criação de comitês e grupos de trabalho. O gerente Eduardo Moraes Rezende explica que a facilidade de datas e o conteúdo redirecionado contribuíram para que o conhecimento trabalhado fosse



“É um cenário que confirma forte tendência das organizações em internalizar a capacitação da equipe.”

LEANDRA MONTEIRO, coordenadora de Educação Empresarial do IEL Goiás



“A Apae optou por investir em capacitação para alcançar resultados mais rápidos e de modo assertivo.”

FABIANA MARTINS, psicóloga da Apae de Goiânia

aplicado diretamente na empresa. “Em todos os cursos executados – ISO 9001:2015, ISO 17025:2005, Auditoria Interna e Tratamento de Não Conformidade –, atingimos tudo o que foi previsto”, afirma Rezende.

O VALOR DA MODALIDADE IN COMPANY

As vantagens desse tipo de curso também são estratégicas, seja para o setor público ou privado. “Além de impactar positivamente nos negócios e resultados, abrangem grandes grupos de pessoas ou apenas um colaborador, de acordo com os critérios estabelecidos pela empresa”, completa a coordenadora do IEL Goiás, Leandra Monteiro.

Por considerar as demandas, o treinamento viabiliza a aplicação direta do conteúdo absorvido e a construção do conhecimento coletivo. É o caso, por exemplo, de um curso que gestores e colaboradores da Apae de Goiânia (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que se

“O atendimento é bem personalizado. Tudo que pedimos foi entregue pelo IEL.”

BÁRBARA MAGALHÃES, gestora de Recursos Humanos/Laticínios Marajoara

reuniam para melhor entender e aplicar o conhecimento na realidade da instituição. “Nossa equipe é bem eclética, composta por profissionais das áreas de assistência social, educação, saúde e administrativa”, esclarece Fabiana Martins, psicóloga da instituição.

Os programas também colaboram para o aumento da massa crítica de número maior de colaboradores. Nesse sentido, na Apae foi nítida a troca de experiências entre a equipe – 30 participantes em um curso mais aprofundado e 180 colaboradores que participaram de uma palestra sobre o mesmo tema, Gestão de Indicadores de Desempenho.

Segundo a gestora de Recursos Humanos da indústria Laticínios Marajoara, Bárbara Magalhães, a opção pelos cursos in company tem sido muito bem aproveitada pelos colaboradores. “O entrosamento da equipe avivou a troca de ideias e o auxílio entre o grupo capacitado”, analisa.

A empresa contratou treinamento para solucionar questões relativas ao SAC e hoje o processo desse serviço de atendimento ao consumidor melhorou porque a própria equipe deu andamento com o aprendizado, fazendo dele uma ferramenta de negócios.

Na Embrapa, em Goiânia, a modalidade in company foi incorporada na gestão e a empresa decidiu investir porque precisava unir dois cursos independentes em apenas um, reduzindo tempo e custo, ganhando conteúdo. O resultado, conforme a coordenadora de Recursos Humanos, Michela Chaves, foi a execução de um aprendizado em reuniões que alguns colaboradores lideraram. “Tivemos mais eficácia após o curso.”



Evolução dos cursos in company do IEL

Ano	Quantidade
2014	22
2015	24
2016	32
2017	22 até maio

As vantagens para as empresas:

- ▶ Customização
- ▶ Contextualização
- ▶ Flexibilidade
- ▶ Fortalecimento da equipe
- ▶ Amplitude de ideias
- ▶ Eficácia
- ▶ Atualização e valorização do colaborador



Índice de satisfação dos clientes **94%**

Onde procurar

Mais informações sobre os cursos in company do IEL podem ser obtidas pelos telefones **(62) 3257-6522/6523**



Fotos Alex Malheiros

■ **Plynio José Pereira, Eurípedes Jacintho Danesi, Luiz Felipe Mauad e Alexandre Taveira Borges:** quatro engenheiros colocam de pé o projeto de uma fábrica de elevadores em Goiânia

A maior do Centro-Oeste

Nascida em 2014, a goiana ATI Elevadores domina a tecnologia com a qual pretende se tornar, em breve, o maior fabricante do setor na região

Fundada em 26 de junho de 2014, a ATI Elevadores espera colocar no mercado neste ano pelo menos uma centena de equipamentos, o que corresponderá à produção mensal em torno de 10 a 12 elevadores, realizada por uma equipe altamente especializada, incluindo o chão de fábrica, as equipes de instalação e manutenção, comercial, administração e os quatro sócios – todos eles engenheiros. Seu plano é transformar a ATI, sigla para Aparelho de Transporte Inteligente, na maior fabricante de elevadores do Centro-Oeste.

A empresa começou a ser planejada em 2012, quando os futuros sócios Alexandre Reynolds Taveira Borges, atual diretor de tecnologia, com formação em engenharia de automação, e Eurípedes Jacintho Danesi, engenheiro mecânico e hoje diretor financeiro, tiveram as primeiras conversas. Ambos trabalhavam, não por coincidência, numa companhia do setor de elevadores e tinham o projeto de montar o próprio negócio.

Luiz Felipe Mauad, engenheiro mecatrônico, e Plynio José Pereira, engenheiro mecânico, juntaram-se ao projeto na sequência, assumindo, após a criação da empresa, as diretorias comercial e de produção, respectivamente. “No começo, dividíamos apenas um escritório pequeno”, conta Mauad. Entre junho e dezembro de 2014, Borges trabalhou intensamente no desenvolvimento do projeto do que viria a ser o primeiro lote de elevadores a sair da fábrica da ATI, instalada próxima à rodovia BR-060, na saída de Goiânia para Rio Verde.

O trabalho, relembra Mauad, envolveu desde a parte mecânica e de automação até os sistemas de segurança, construídos em conformidade com todas as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O primeiro passo incluiu o desenho de um protótipo digital, que sofreu uma série de ajustes finos antes de resultar num protótipo em tamanho real. Ao longo do processo, todo o projeto passou por uma série de alterações até que o produ-

to ganhasse as características e a qualidade desejada. “A tecnologia foi integralmente desenvolvida pela empresa e nossa grande vantagem competitiva está no alto poder de desenvolvimento tecnológico da ATI. Temos um índice de satisfação do cliente acima de 90% atualmente”, afirma Mauad.

Os sócios investiram pelo menos R\$ 600 mil no desenvolvimento do primeiro elevador, incluindo gastos com material e horas de trabalho. As primeiras vendas foram fechadas em dezembro de 2014, com a entrega de cinco unidades para clientes em Morrinhos, Caldas Novas, Goiânia e Anápolis. Desde então, o volume de entregas tem apresentado crescimento anual na faixa de 30% a 35%, sustenta o diretor comercial da empresa.

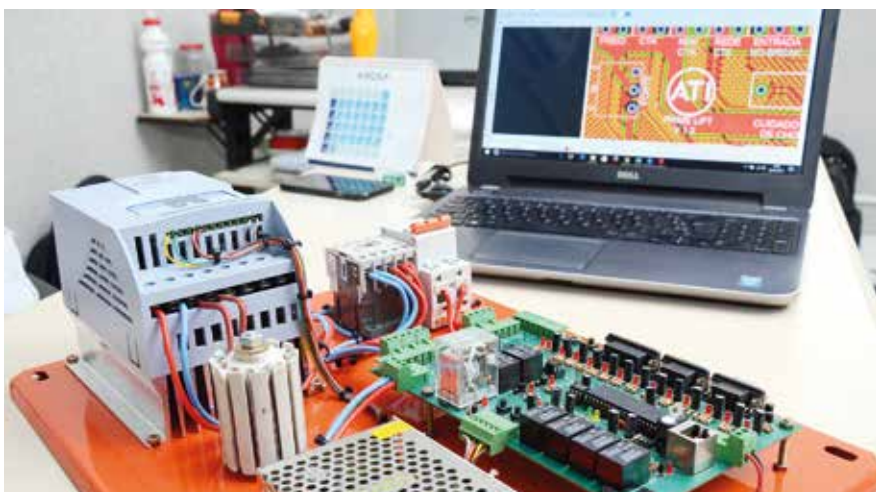
Com sua linha de frente dedicada à exploração do mercado residencial, a ATI fabrica ainda elevadores de carga e plataformas de acessibilidade, equipadas com sistemas de segurança de última geração, como uma “cortina” de infravermelho que interrompe imediatamente a operação em caso de alguma intromissão humana indevida.

Concorrendo com gigantes como a alemão Thyssenkrupp, a suíça Atlas Schindler e a norte-americana Otis, a ATI atende aos mercados de Goiás, Brasília, Tocantins e partes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e uma porção menor de Minas Gerais, na região de Paracatu e João Pinheiro. Para enfrentar os grandes players do setor, a ATI consegue montar um pacote de manutenção a preços mais acessíveis, de acordo com Mauad, além de oferecer maior agilidade no atendimento ao cliente.

Segundo Borges, a empresa equipou-se devidamente na área industrial e vem investindo forte, neste ano, na parte comercial, especialmente em Brasília, onde os elevadores da ATI tiveram boa aceitação. “Fizemos o dever de casa, investindo inicialmente em estrutura física, maquinário, treinamento e capacitação de mão de obra, em processos e na nossa frota de veículos para atender à demanda por manuten-



■ **A pleno vapor:** empresa planeja entregar neste ano uma centena de elevadores ao mercado



■ **Desenvolvendo novos sistemas:** circuitos de controle dos novos elevadores apresentam versão mais integrada e compacta

ção. Estamos preparados para atender ao mercado e cumprir os prazos contratuais”, afirma o diretor de tecnologia da empresa.

Borges ressalta ainda que todos os elevadores das ATI são equipados com sistemas de autorresgate, incluindo nobreaks como item de série. Em caso de falha ou corte de energia, o sistema automaticamente interrompe a operação, faz o elevador descer até o andar mais próximo e abre as portas. Sensores monitoram a segurança do equipamento, que carrega ainda telefone interno, travas de segurança e botão de emergência que pode ser acionado em caso de rompimento do cabo, reforça Mauad.

Nova linha residencial

Em fase de desenvolvimento, adianta

Eurípedes Danesi, nova linha de um produto residencial de acessibilidade deverá chegar ao mercado em breve, com novo formato e concepção construtiva inovadora, “que mescla custo baixo e com conforto de um elevador predial”. O produto, acrescenta Danesi, será destinado a mercado de alto padrão. “Estamos constantemente aprimorando nossos produtos, tanto na parte mecânica quanto na de automação”, complementa Mauad, acrescentando que a nova linha foi planejada a partir de sugestões e respostas da clientela. Borges dedica-se neste momento ao desenvolvimento do protótipo do novo elevador. “Nossos equipamentos são entregues aos clientes somente depois de feitos todos os testes na fábrica”, afirma ele. ■

■ **ESTILO PARA NOIVAS** / Com indústria de confecção de vestidos de noivas que abastece o mercado de Goiânia e Brasília, o estilista Fernando Peixoto ministrou, dia 29 de junho, palestra no 1º Encontro Wedding Connection - Planejar e Casar, realizado na Mansão Cristal, na capital goiana. Fernando Peixoto expôs peças de La Dama, sua nova coleção de noivas 2018, inspirada na dança flamenca.



■ **EMPREENDEDORES** / O empresário Ademaldo Cabral e o cantor Leonardo em visita recente a Rio Verde, no Sudoeste Goiano, onde planejam futuros investimentos imobiliários. Em Brasília, a Ademaldo Construções acaba de fechar contrato para construir um prédio residencial de 10 andares e 66 apartamentos no Conjunto Samambaia.



Ademaldo Construções

■ **FÊ, ESPORTE E SOLIDARIEDADE** / Água Mineral Crystal, Cifarma, Chic Tenda e Komiketo patrocinaram prova de atletismo de abertura da Festa de Trindade, encerrada dia 2 de julho. A quarta edição do evento, apoiado pela Federação Goiana de Atletismo, reuniu atletas de todas as idades e arrecadou alimentos para a Vila São Cotelengo.



Andrea Karia Photo Art

■ **COMIDA E EMBALAGEM** / As empresárias Tana Lobo e Luiza Esperidião inauguraram, dia 20 de junho, o GoBox, na Alameda Ricardo Paranhos, no Setor Marista, em Goiânia. Elas exploram um conceito novo na cidade, o Fast Fresh Food, que comercializa comida saudável (saladas, pratos quentes, iogurtes, salgados, doces, açaí, sanduíches e sucos) em embalagens que são atrações à parte. Parceiro na fabricação das sacolas de papel kraft, Wilson Narciso de Oliveira (Embalagens Israel) fundou sua indústria na Vila Brasília, em 1998, e conquistou clientes no Brasil e também no exterior.

Unique Fotos



■ **NA EXPO APARECIDA** / Corneia Egídio e Eribaldo Egídio (Equiplex) expõem produtos da indústria deles, em estande na Expo Aparecida, que reuniu 38 expositores no All Park Pollo, em Aparecida de Goiânia, no final de junho, e movimentou R\$ 50 milhões em negócios de várias atividades empresariais. Novidades para o setor de saúde, construção e automobilístico foram apresentadas junto a lançamentos para gráficas, indústrias do mobiliário e produção pecuária.



Silvio Simões

Geovanna Cristina



■ **VISÃO** / Os irmãos empresários Rachel de Oliveira Motta, Eberth Oliveira Motta e Saulo de Tarso Oliveira Motta receberam, dia 20 de junho, convidados para o happy hour de abertura da Zeiss Vision Center Goiânia. No showroom, inaugurado no Setor Marista, além das lentes Zeiss são comercializados óculos e armações de grandes marcas, como Jaguar, Lacoste e Calvin Klein. O trio é fundador da Unilentes, indústria/laboratório óptico aberto há 16 anos em Goiânia, único do Centro-Oeste e um dos quatro no País homologados pela Zeiss para assinar todo seu portfólio de lentes oftálmicas, vendidas para mais de 40 países.

■ **A 'INDÚSTRIA' DO VILLA MIX GOIÂNIA** / Em sua sétima edição, o megafestival que agitou Goiânia nos dias 1º e 2 de julho, em complexo montado no estacionamento do Estádio Serra Dourada, movimentou verdadeira indústria, cujos números impressionam. Quase 5,5 mil pessoas trabalharam por mais de 30 dias para colocar de pé a estrutura. A desmontagem deve levar outros 30 dias e envolve mais de 120 pessoas. A promoção girou aproximadamente R\$ 100 milhões na economia da cidade, com um público de milhares de pessoas nos vários shows.



Rubens Cerqueira

■ **GUINNESS** / Confirmando a grandiosidade, o Villa Mix Goiânia superou sua própria marca e continua no Guinness World Records como detentor da maior infraestrutura de palco para concertos de música do mundo, atingindo este ano 69,37 metros de altura – equivalente a um edifício de 23 andares. Nos bastidores do festival, destacou-se o trabalho dos empresários Ataíde Antônio Caetano Marcille e Uerique Costa (direita), donos da Back Light, que assinaram a iluminação de 30 toneladas, a partir de sua fábrica, no Setor Cândida de Moraes, em Goiânia.

Parceria 6 Assessoria de Comunicação



■ **DE GOIÂNIA PARA OS EUA** / Especialista em produtividade e gestão do tempo, a consultora de carreira goianiense Tathiane Deândhela lança nos Estados Unidos, dia 11 de agosto, o livro *Faça o tempo trabalhar para você*, com prefácio da Luiza Trajano, presidente do Magazine Luiza. Destinado à comunidade brasileira em Orlando, na Flórida, o evento faz parte do Fórum Internacional de Empreendedorismo, com promoção do Brazil America Business Council. Também empresária, professora, palestrante e CEO do Instituto Deândhela, Tathiane é diretora da Federação das Associações dos Jovens Empresários e Empreendedores do Estado de Goiás (Faje GO).



Alex Malheiros

■ **CONFRATERNIZAÇÃO JUNINA** / Festa tradicional, o Arraiá da Aesfieg (Associação dos Empregados do Sistema Fieg) reuniu no Sesi Ferreira Pacheco, dia 30 de junho, colaboradores e familiares, em divertida confraternização junina. Muito forró, comilança e disputa em concurso de melhor traje típico, adulto e infantil (foto), com premiações de TV, diária para Caldas Novas e bicicleta.

SICMA

FEIRÃO DA CAIXA E 1º EXPOMÓVEIS / O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) realizou, entre 23 e 25 de junho, em parceria com a Caixa Econômica Federal, o 13º Feirão Caixa da Casa Própria. Esta edição ganhou com novo formato e endereço, na Praça Dom Emanuel, no Bairro Jundiá, em Anápolis, onde foi montada grande estrutura para receber as pessoas interessadas em conhecer oportunidades para a compra do imóvel próprio. Paralelamente, foi realizado o 1º Sicma ExpoMóveis, criado pelo sindicato para divulgar e fortalecer o setor moveleiro do município. Na abertura do feirão, o presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios (foto), destacou a iniciativa com a Caixa e os demais parceiros, incluindo Sebrae, construtoras Emisa, Excel e Realiza e, também, o apoio da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) e da Fieg Regional Anápolis.

Acia

**ENCONTRO DA CONSTRUÇÃO /**

O Sicma participou em maio (foto), em Brasília, da 89ª edição do Encontro Nacional das Indústrias da Construção (Enic), realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com participação de empresários e lideranças do setor de todo o País. O presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, foi acompanhado pelos diretores Álvaro Otávio Dantas Maia, Ubiratan da Silva Lopes e por Célio Eustáquio de Moura (Coinfra e Seconci). A abertura foi prestigiada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, representando o presidente Michel Temer.

SINDUSCON/GO

RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA / O Sinduscon-GO realizou em junho, em sua sede, o 5º Encontro sobre Construção e Sustentabilidade (5º Ecos), com apoio do Green Building Council Brasil (GBC Brasil). A programação contemplou dois painéis, sobre racionalização do uso da água e eficiência energética em edificações. Durante a abertura do evento, o presidente do Sinduscon-GO, Carlos Alberto Moura (foto), afirmou que é preciso aplicar a visão do tripé da sustentabilidade (responsabilidade ambiental, viabilidade econômica e desenvolvimento social), pois esse conceito é fundamental para o desenvolvimento do País e para o fortalecimento do crescimento empresarial. Também participou da abertura do encontro o diretor da Agehab, Marcel Bruno Souza, que enfatizou a relevância da contribuição do Sinduscon-GO na formulação das políticas públicas voltadas para habitação.

Sílvia Simões





SINCAFÉ

QUALIDADE / O presidente do Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás (Sincafé), Jaques Jamil Silvério, participou, em Brasília, da premiação para os Melhores Cafés do Brasil, durante o 13º Concurso Nacional Abic de Qualidade do Café. O evento foi promovido pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), reconhecida mundialmente pela criação e pelo desenvolvimento de programas de qualidade e de certificação do café, num esforço contínuo junto à indústria para oferecer mais qualidade aos consumidores, segundo Silvério. Participaram do evento, além de empresários da indústria cafeeira e outras autoridades do setor, os ministros da Agricultura, Blairo Maggi, da Indústria, Marcos Pereira, e o ex-deputado Sandro Mabel.

SINDLEITE

DOAÇÃO / O Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás (Sindleite) doou, em junho, 65 mil litros de leite tipo longa-vida à Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). O ato foi marcado por café da manhã realizado no Salão Dona Gercina Borges, no Palácio das Esmeraldas, com presença do governador Marconi Perillo, da primeira-dama Valéria Perillo, da diretora geral da OVG, Eliana França, do presidente e do vice-presidente do Sindleite, Joaquim Guilherme Barbosa de Souza e Cesar Helou, respectivamente (foto). O evento fez parte das comemorações pelo Dia Mundial do Leite, celebrado no dia 1º de junho. A doação será destinada ao Centro de Apoio ao Romeiro de Trindade, que oferece lanches aos peregrinos, e também a entidades sociais cadastradas na OVG, reforçando a alimentação de crianças, idosos e dependentes químicos. Já tradicional no Estado, realizada desde 2007, a iniciativa resultou, neste ano, de parceria entre a Cooperativa Central de Laticínios de Goiás (Centroleite) e SIG Combibloc.

Cristina Cabral/OVG



SIFAEG/SIFAÇÚCAR

NOVA DIREÇÃO / Marcelo Barbosa, superintendente da Denusa - Destilaria Nova União S/A, tomou posse no início de junho para um mandato de dois anos à frente do Conselho Deliberativo do Sifaeg/Sifaçúcar. Na ocasião, ele falou sobre sua intenção de atuar ao lado de todos para o fortalecimento do trabalho desenvolvido pelo sindicato. "Vamos trabalhar pelo setor sucroenergético", disse o empresário. Seu antecessor, Otávio Lage de Siqueira Filho, agradeceu o apoio que recebeu de todos durante seus dois mandatos e destacou a qualidade do trabalho que vem sendo feito por toda a equipe do sindicato. "Uma equipe pequena, mas de grande valor e competência", disse. Diretor-presidente da Jalles Machado, eleito recentemente presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial Goiás), Siqueira Filho elogiou a atuação do executivo André Rocha, destacando não só sua atuação regional, mas também nacionalmente na defesa dos interesses do setor sucroenergético.

Alex Malheiros



SINDTRIGO

DIA DE CAMPO / O Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro Oeste (Sindtrigo) realizou, em Silvânia, dia de campo (foto) com o tema Trigo, uma Opção de Safra para o Cerrado. Reunidos na fazenda Ponte Alta, agricultores e empresários do setor debateram assuntos relacionados ao cultivo do grão. Até 2050, a população mundial vai ultrapassar 9 bilhões de pessoas e será necessário aumentar a produção de alimentos em cerca de 60%. Como alimentar todos de uma maneira saudável e sustentável foi um dos temas apresentados pela Basf, parceira do encontro. Ao final da programação, foram discutidos outros temas relativos ao tratamento da lavoura com herbicidas de alta tecnologia para o controle de plantas daninhas, manejo na produção de grãos e aumento da produtividade no campo.

SIMELGO

CONVÊNIO COM SICOOB CREDIADAG

/ Com aprovação em assembleia realizada no dia 29 de junho, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) fechou convênio com o Sicoob Crediadag – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Grande Goiânia, que permitirá acesso das empresas associadas ao sindicato a um conjunto de soluções financeiras desenhadas para atender às necessidades de crédito do setor. O cardápio inclui operações de conta garantida, cobrança bancária, cartões Sipag, conta-salário, cartões de débito e crédito empresarial, cartão BNDES, com acesso a recursos do banco, financiamentos da Goiás Fomento e FCO, capital de giro, antecipação de recebíveis, entre outros.

SINDIFARGO**DIÁLOGOS COM A ANVISA – 1 /**

O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa, foi o convidado especial para a edição de abertura do evento Diálogos Regulatórios (foto), promovido pelo Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), em Anápolis. Também participaram a superintendente de Vigilância em Saúde de Goiás e presidente da Câmara Setorial de Medicamentos de Goiás (Casmed-GO), Maria Cecília Martins Brito; o conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Regulatórios da OAB-DF, Glauco Santos, e o diretor adjunto da Anvisa, Pedro Ivo Sebba Ramalho.



DIÁLOGOS COM A ANVISA – 2 / O presidente do Sindifargo, Heribaldo Egídio, e o executivo da entidade, Marçal Henrique Soares, conduziram o encontro, realizado no Denali Hotel, no dia 9 de junho, com cerca de 70 participantes, entre diretores e técnicos das indústrias e representações do meio acadêmico (PUC-GO, UEG e UniEvangélica). Em seguida, houve um almoço no local com a presença do deputado federal Alexandre Baldy, vice-presidente do Sindifargo, que participou também da reunião de diretoria, encerrando a agenda de trabalho.

**SINDIREPA**

ENCONTRO NACIONAL / A 6ª Reunião Ordinária do Sindirepa Nacional (foto) foi realizada em junho na sede da Fieg, com participação de presidentes e representantes dos sindicatos de nove Estados, incluindo – além do Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás –, São Paulo, Rondônia, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Santa Catarina e Paraná. Em pauta, os desafios para o setor de reparação, as oportunidades para as oficinas do setor, capacitação, certificação e qualidade na produção. Foram apresentadas as mudanças previstas na reforma das leis trabalhistas e ainda sugestões para atrair novos associados por meio do Portal de Vantagens, plataforma já em uso pelo Sindirepa Goiás.

SINDQUÍMICA

POSSE DA DIRETORIA / A posse da nova diretoria do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica), eleita para o triênio 2017-2020, sob comando do empresário a (foto), foi realizada no dia 20 de junho, no auditório Daniel Viana, na Casa da Indústria. “Essa é uma responsabilidade coletiva. Todos nós trabalhamos para formar um sindicato forte e com unidade. E conseguimos construir uma diretoria com todas as forças que existem no ramo químico porque queremos fortalecer nosso setor”, disse Jair Alcântara, proprietário da Toollon Cosméticos, em seu discurso.



Alex Malheiros



BOAS PRÁTICAS / O Sindquímica, por meio do Arranjo Produtivo Local de Cosméticos, em parceria com a Secretária de Desenvolvimento do Estado (SED) e Fieg, realizou a aula inaugural do projeto Boas Práticas de Fabricação - Passo a Passo, no âmbito da RDC nº 47 e RDC nº 48. Entre outros objetivos, o projeto vai adotar ações de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, incentivar qualificação e especialização de pessoal nas áreas de influência dos arranjos produtivos, estimular a cooperação entre setores público e privado, buscando maior competitividade e o desenvolvimento das economias locais. O projeto terá duração de 12 meses, com treinamento e prática, além de consultoria in loco, envolvendo 145 participantes de 58 empresas.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE / O Sindquímica realizou em junho o evento A Importância de Implantação das RDCs e Atendimento da Legislação (foto). Na ocasião, o ex-presidente e agora vice do sindicato, Jaime Canedo, convidou fiscais do setor de vigilância em saúde do Estado, empresários e gerentes para conscientizar as empresas sobre a importância de atender na íntegra à legislação das RDCs (Resolução da Diretoria Colegiada), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

CTCOMEX

DIA DE POSSE / Durante a reunião mensal da diretoria da Fieg e presidentes dos sindicatos da indústria, dia 17 de julho, foram empossados os novos membros do Conselho Temático de Comércio Exterior (CTCOMEX). Os empresários Emílio Bittar (na foto, ao lado do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira) e Jaime Canedo continuam à frente do conselho, como presidente e vice, respectivamente.



Alex Malheiros



FIEG REGIONAL

CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL / Representando a Fieg, o vice-presidente da entidade, Wilson de Oliveira, participou da terceira reunião do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, ocorrido no início de junho, em Palmas (TO), com presença de seis governadores: Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Maranhão (foto). Este, o último a fazer adesão ao colegiado. De acordo com Wilson de Oliveira, Goiás está assumindo uma posição de vanguarda no Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, hoje liderado pelo governador Marconi Perillo, um dos idealizadores da iniciativa, “que representa um marco histórico importante para a redução das diferenças regionais existentes no País.”

Alex Matheiros



FIEG JOVEM

JOVENS EMPREENDEDORES DE FORTALEZA VISITAM GOIÁS

/ Integrantes da Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza (AJE Fortaleza) estiveram em Goiânia e Anápolis, entre 3 e 7 de julho, na etapa Goiás de missão nacional da entidade, destinada a conhecer experiências empresariais do País. A programação incluiu visita às indústrias Ambev, Café Ranchero, Cargill, Creme Mel e Ardrak, além do Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas. Na Casa da Indústria, o presidente da AJE Fortaleza, Fernando Laureano (direita), foi recebido por Leandro Almeida, da Fieg Jovem, e Pedro Alves de Oliveira, da Fieg, de quem recebeu um exemplar do livro Goiás - O que faz a Força da Indústria do Cerrado.



Filho, vilão do meio ambiente

Entre aqueles muitos estudos que vez ou outra, aqui, ali, acolá e alhures, surgem e elegem vilões e inocentam outros em diferentes áreas da ciência – a exemplo do café, do leite, do ovo, da cerveja –, uma nova pesquisa publicada pela revista científica *Environmental Research Letters* assevera: evitar ter filhos é a melhor forma de ajudar a reduzir emissões ao meio ambiente, capaz de inibir, por ano, a geração de 58,6 toneladas de CO₂.

Ao fazer uma revisão de 39 estudos que analisam escolhas individuais e seu potencial para reduzir as emissões de gases do efeito estufa nos países desenvolvidos, os pesquisadores apontaram este e outros três fatores como fundamentais para ajudar o meio ambiente: não ter carro, pois há uma emissão média anual de 2,4 toneladas de CO₂; evitar viagens de avião, para economizar 1,6 toneladas por ano; e comer uma dieta à base de vegetais, uma redução de 0,8 toneladas anuais do CO₂.

Na comparação, os vilões da vez colocam em xeque outras estratégias conhecidas e veneradas. Segundo o artigo, a reciclagem, por exemplo, é quatro vezes menos eficiente do que ter uma dieta à base de vegetais, enquanto a mudança das lâmpadas domésticas ajuda oito vezes menos.

O estudo já provoca polêmicas, especialmente nas redes sociais, onde alguns consideram isso “bobagem”, além de apontar o aquecimento global como farsa destinada ao controle populacional.

De baixo impacto ou não, diante de estratégias supostamente de maior eficácia, como essas novidades, ações efetivas de reciclagem, reuso e de logística reversa certamente contribuem com a qualidade de vida. Por mais que se possa equiparar isso a uma gota d’água ou um grão de areia na imensidão do oceano ou do deserto, faz sim diferença a longo prazo, sobretudo pelo efeito educativo.

Reportagem especial *Goiânia não sabe o que fazer com o lixo*, publicada pelo jornal O Popular dia 16/07,

“Os vilões da vez colocam em xeque outras estratégias conhecidas. Segundo o artigo, a reciclagem, por exemplo, é quatro vezes menos eficiente do que ter uma dieta à base de vegetais, enquanto a mudança das lâmpadas domésticas ajuda oito vezes menos.”

DEHOVAN LIMA, editor de Publicações do Sistema Fieg

mostra que a falta de políticas públicas e de envolvimento da população agrava a problemática do descarte na capital. Em velocidade inversamente proporcional a ações preventivas, cada goianiense produziu, nos últimos quatro anos, 3,42% a mais de resíduos sólidos para a coleta convencional da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg), revela a matéria, do jornalista Vandrê Abreu. Cada cidadão reduziu em 8,06% o envio de materiais para associações de reciclagem. Assim, o Aterro Sanitário, que sequer tem licença ambiental e cuja vida útil é de apenas mais dois anos, recebe tudo, desde restos de construção civil, plásticos, alimentos, celulares e até remédios.

Na mesma edição de O Popular, outra notícia desoladora para o meio ambiente, em reportagem de Sarah Teófilo: o mês de junho bateu recorde de focos de incêndio em Goiás, com 442 registros feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e 3,7 mil focos de queimadas, a maior parte geradas por ação humana e em propriedades rurais, sem a necessária autorização dos órgãos responsáveis.

Ou seja, ao arrepio da lei, portanto crime ambiental. ■

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone: (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcelgo@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindcarn@terra.com.br

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Naves
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone: (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edison Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

Cursos Senai In Company

Leve essa ideia para sua empresa.

Os cursos in company do Senai Goiás são montados de acordo com a necessidade da indústria. Além da possibilidade de as aulas práticas serem realizadas dentro da própria empresa, o Senai conta com unidades móveis que levam aonde for necessário toda a infraestrutura de uma sala de aula.

Invista em seu colaborador e torne sua indústria mais competitiva

Cursos Técnicos, Superiores e de Pós-Graduação nas áreas de:

- ▶ Mecânica
- ▶ Elétrica
- ▶ Mecatrônica
- ▶ Automação
- ▶ Gestão
- ▶ Segurança do Trabalho

Conheças as soluções do Senai para sua empresa

(62) 4002-6213

www.senaigo.com.br



FIEG SENAI

A saúde de sua empresa é nosso foco.

Isso é Sesi-Saúde e Segurança no Trabalho

A saúde de sua equipe revela como vai seu negócio. Por isso, o Sesi oferece soluções destinadas a proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo, promovendo qualidade de vida e cumprindo as exigências legais. A ação promove a redução dos afastamentos do trabalho e garante mais saúde e bem-estar aos trabalhadores.

O trabalho da equipe multidisciplinar do Sesi confere tranquilidade à sua empresa e confiança junto aos órgãos fiscalizadores. É isso que sua empresa precisa para sair bem na foto.

Serviços:

- ✓ Programas Legais (PPRA, PCMSO, PCMAT)
- ✓ Consultas Ocupacionais com Emissão de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional)
- ✓ Exames Laboratoriais

- ✓ Laudos Técnicos
- ✓ Avaliação de Agentes Físicos e Químicos
- ✓ Cursos e Palestras sobre Segurança e Saúde do Trabalho
- ✓ Gestão do Absenteísmo/FAP/NTEAP

www.sesigo.org.br

Goânia:

4002 6213

Demais Localidades:

0800 642 1313

